



10 ANOS DA  
CERTIFICAÇÃO  
AGRÍCOLA  
NO BRASIL



INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA

# A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE NO CAMPO

**A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE NO  
CAMPO—10 ANOS DA CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA  
NO BRASIL**

### Realização

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)

### Edição de textos

Afonso Capelas Jr.

### Projeto gráfico

4 Talentos Propaganda

### Organização

Luís Fernando Guedes Pinto

### Autores

Alessandro Rodrigues  
Daniella Macedo  
Edson Teramoto  
Eduardo Trevisan Gonçalves  
Heidi Buzato  
Lisandro Inanake de Souza  
Luís Fernando Guedes Pinto  
Luiz A. C. S. Brasi Filho  
Marina Piatto  
Mauricio Voivodic  
Tharic Galuchi

### Revisão gramatical

Cimara Pereira Prada

### Fotografias

Acervo Imaflora\*  
Felipe Milanez: página 68  
Flávio Cremonesi: páginas 12 e 124

\*As fotografias utilizadas nesta publicação fazem parte do acervo Imaflora e têm a finalidade de ilustrar os processos e de promover as comunidades e as propriedades certificadas.

### Mapas

Elisa Vieira  
Viktória Dias

### Coleta de depoimentos

Fátima Nunes



Essa licença não vale para fotos e ilustrações, que permanecem em copyright.

#### Você pode:

-  Copiar, distribuir, exibir e executar a obra;
-  Criar obras derivadas.

#### Sob as seguintes condições:

-  Atribuição. Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.
-  Uso Não-Comercial. Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
-  Compartilhamento pela mesma Licença. Se você alterar, transformar, ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.



O Imaflora® (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, criada em 1995 para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestal e agrícola.

#### Conselho Diretor:

Adalberto Veríssimo  
André Villas-Bôas  
Célia Cruz  
Maria Zulmira de Souza  
Sérgio A. P. Esteves  
Tasso Rezende de Azevedo  
Ricardo Abramovay

#### Conselho Consultivo:

Marcelo Paixão  
Marilena Lazzarini  
Mário Mantovani  
Fábio Albuquerque  
Rubens Ramos Mendonça  
  
**Secretaria Executiva:**  
Maurício Voivodic  
Eduardo Trevisan Gonçalves

#### Conselho Fiscal:

Adauto Tadeu Basílio  
Erika Bechara  
Rubens Mazon

#### Comunicação:

Priscila Mantelatto  
Jaqueline Lourenço  
Beatriz Borghesi  
Fátima Nunes

### Ficha catalográfica:

A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE NO CAMPO — 10 ANOS DA CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL/ Luís Fernando Guedes Pinto - Piracicaba, SP: Imaflora, 2012. 132p.

ISBN: 978-85-98081-65-6

1. Certificação. 2. Brasil. 3. Agricultura. 4. Sustentabilidade. 5. I. Título

Estrada Chico Mendes, 185 | Cep: 13426-420 | Piracicaba | SP | Brasil  
Tel/Fax: (19) 3429.0800 | [imaflora@imaflora.org.br](mailto:imaflora@imaflora.org.br) | [www.imaflora.org.br](http://www.imaflora.org.br)



## APRESENTAÇÃO

Poderia ser mais um selo de qualidade no país, daqueles que são estampados nos produtos e cujos diplomas ficam pendurados na parede.

Mas, para o Imaflora, certificação agrícola é bem mais que um atestado de boas práticas. Trata-se de um contínuo processo de aprimoramento, elevação de padrões e busca de maior sustentabilidade na produção.

Por isso, quando se fala nesse tema no país, pensa-se em um trabalho de muito questionamento, que cresceu ao longo desses anos – e que, certamente, tem espaço para uma expansão ainda maior.

Essa obra é fruto de um intenso trabalho jornalístico, com apuração intensiva e muita investigação, para apresentar a história dos dez anos de certificação agrícola no país e as conquistas de uma década trazidas pelo Imaflora.

Mas não é só isso. Ela também expõe os percalços e os desafios que precisam ser superados nessa área. É ainda um convite a toda a cadeia produtiva, incluindo consumidores, administrações públicas, fornecedores e você, a debater sobre o futuro da certificação agrícola no Brasil.

*Patrícia Trudes da Veiga - Editora do Empreendedor Social, parceria da Folha de S.Paulo com a Fundação Schwab (2005-2013); MBA em Gestão de Negócios Socioambientais; sócia da QSocial.*

*Cristiano Cipriano Pombo - Jornalista, coordenador do Banco de Dados da Folha de S.Paulo.*

## Reconhecimento

*A Andre de Freitas, Laura de Santis Prada, Lineu Siqueira Jr. e Tasso Azevedo, pessoas fundamentais desta história.*

## PREFÁCIO

O propósito desta publicação é registrar o trabalho do Imaflora® (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) em prover a certificação socioambiental para o setor agropecuário. Passaram-se apenas dez anos desde a primeira certificação de uma fazenda de café no Cerrado Mineiro; no entanto, mais de dezoito anos desde que o tema passou a ser trabalhado concretamente em nossa organização. Paralelamente, também mais de quinze deles foram dedicados ao desenvolvimento e ao aprimoramento do sistema de certificação da Rede de Agricultura Sustentável - Rainforest Alliance Certified™. E o processo começou como uma pequena, embora ambiciosa, iniciativa: promover mudanças na agricultura de alguns países da América Latina. Hoje transformada em um sistema de certificação socioambiental, é aplicada, globalmente, para a agropecuária tropical, em mais de cinquenta países.

Além de registrar nosso trabalho, este livro pretende enfatizar alguns aspectos desse processo. O primeiro deles é a nossa visão de longo prazo. De fato, um sistema sólido de certificação demanda longo tempo para construir-se, assim como o trabalho de um organismo de certificação, para consolidar-se. São tarefas abrangentes e complexas, que requerem diferentes competências e a complementaridade das ações, o que implica o longo prazo.

O segundo aspecto fundamental é mostrar o papel público da certificação socioambiental, cuja ética é particular, uma vez que esse instrumento visa a direcionar o setor agropecuário no rumo da sustentabilidade. O certificado não é necessariamente sustentável, já que não se pode, objetivamente, medir a sustentabilidade. Contudo a certificação socioambiental implica o com-

promisso de encaminhar-se nessa direção. Portanto interessa a todos.

O terceiro e último aspecto: a certificação socioambiental não funciona em pacotes ou check-lists, pois assim também não funciona a busca pela sustentabilidade. Para servir à finalidade do Imaflora, a certificação também tem de ser útil, como instrumento de gestão socioambiental e agrônômica, para o produtor, seja ele um assentado, seja uma grande empresa. Cada fazenda deve ter o seu sistema de gestão e soluções próprias para contemplar as exigências da certificação. A busca pelo certificado, sem o seu uso para a evolução contínua do negócio, constitui desperdício.

Apesar de todo o potencial da certificação para gerar mudanças no campo, é essencial saber que esse mecanismo não funciona como panaceia para resolver todos os dilemas da agropecuária no caminho da sustentabilidade. Outras formas de intervenção pública e privada, como a extensão rural, a assistência técnica, o crédito e a pesquisa fazem-se igualmente necessárias para o avanço do setor.

Finalmente, decidimos produzir este livro também por perceber o risco de a certificação socioambiental banalizar-se, ameaçando, seriamente, seu propósito original, seja pelo mero interesse econômico do instrumento, seja pela irresponsabilidade de certificadores, seja pela falta de interesse da sociedade civil. Esperamos que o registro da nossa experiência possa mobilizar o setor agropecuário e a sociedade brasileira na direção de que o sistema da Rede de Agricultura Sustentável (RAS)/ Rainforest Alliance Certified, bem como outras normas e sistemas já em implantação no país, possam gerar mudanças, na busca por construir e solidificar a sustentabilidade desse importante setor.



# CAPÍTULO 1

## A ÉTICA, A LÓGICA, O TEMPO E A MUDANÇA

### A Ética da Certificação Socioambiental <sup>1</sup>

A certificação socioambiental faz-se, cada vez mais, presente na economia brasileira, em especial nos segmentos de produção de commodities para exportação e naqueles que apresentam riscos para a conservação dos recursos naturais e para a garantia dos direitos humanos e trabalhistas. As organizações brasileiras – empresas e sociedade civil – foram protagonistas da criação de sistemas de certificação para os setores de florestas e agropecuária. Entre eles, figuram o Forest Stewardship Council® (FSC®), a Rede de Agricultura Sustentável (RAS), o Bonsucro e a Mesa Redonda da Soja.

---

<sup>1</sup>Texto adaptado de artigo de autoria de Luís Fernando Guedes Pinto, publicado no dia 22 de novembro de 2012 em <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/1189048-a-etica-da-certificacao-socioambiental.shtml>

No campo e no mercado, o Brasil também é líder na aplicação da certificação, abrangendo a maior área de florestas certificadas pelo FSC no hemisfério Sul (6,7 milhões de ha). Produzimos o maior volume de café certificado do mundo e os produtos orgânicos certificados já representam R\$ 400 milhões. Em um país com grande heterogeneidade no campo, onde o arcaico e o predatório convivem, cerca a cerca, com o moderno e as boas práticas, um instrumento voluntário de mercado, como a certificação, faz todo o sentido. Tanto para reconhecer os produtores e os negócios ambientalmente responsáveis, como para estimular os demais a também se direcionarem para a sustentabilidade. Para isso, os benefícios econômicos da certificação, tangíveis e intangíveis — como o acesso a mercados, o aprimoramento da gestão, o uso racional de recursos e a diminuição de custos, além dos eventuais sobrepreços, das melhores condições de crédito, da garantia para investidores, da reputação e da valorização da marca —, devem ser investidos na adoção de práticas mais sustentáveis.

Foi necessário criar sistemas de certificação para estimular a escalada pela sustentabilidade. No princípio, a certificação foi entendida como um simples mecanismo de padronização, para facilitar o comércio internacional. A ISO (Organização Internacional para a Padronização) foi criada com esse fim, para obter medidas e produtos iguais. Assim, parafusos, fabricados na Índia, encaixam-se, perfeitamente, em porcas chilenas, numa linha de montagem instalada no Canadá. Vale destacar, nessa direção, que a Organização Mundial do Comércio (OMC) não distingue a forma de produção de qualquer mercadoria. Para essa entidade, pouco importa se uma banana foi produzida pela destruição de florestas tropicais no Equador, ou com insumos orgânicos na Guatemala.

Finalmente, os boicotes e as moratórias comerciais mostra-

ram-se inadequados, no caso dos boicotes, ou insuficientes, no das moratórias, para acabar, no longo prazo, com situações inaceitáveis de produção, sob o ponto de vista ambiental ou social. Enfim, os mecanismos nacionais e multilaterais — assim como as iniciativas da sociedade — não davam conta de estimular a produção responsável, alinhada ao conceito de desenvolvimento sustentável, cunhado no final da década de 1980 e no início da de 1990.

O boicote europeu à compra de madeira tropical foi decidido no final dos anos 1980, como reação de países que não se queriam associar ao desmatamento e às suas consequências nefastas, como a perda da biodiversidade e a violação aos direitos de populações tradicionais. A iniciativa europeia resultou em mais desmatamento e na diminuição do valor da floresta, levando ambientalistas, sindicatos, indígenas, madeireiros e demais elos dessa cadeia produtiva a buscarem consenso sobre as melhores formas de produzir madeira de modo a garantir a preservação dos recursos naturais e o respeito aos direitos dos trabalhadores e das comunidades afetadas. Dessa forma, as regras foram combinadas, criou-se um selo e o comércio foi restabelecido, como opção e com garantias a todos. Esse processo ocorreu no início da década de 1990 e vem-se desenvolvendo, nas últimas décadas, para o café, os biocombustíveis e a agropecuária em geral. Criaram-se, também, selos específicos para a pesca, o turismo e até para produtos não renováveis, como os provenientes da mineração.

Para quem se envolve com a certificação socioambiental — seja na definição das regras, seja como empreendedor certificado, sindicato, consumidor ou certificador — é fundamental ter clareza de que se trata de iniciativa que envolve interesses públicos e privados, ao contrário das certificações meramente técnicas. A conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos

e das condições de vida dos trabalhadores e das comunidades afetadas por atividades produtivas interessa a todos, não somente aos dois lados das relações comerciais (produtor-comprador). Portanto esse tipo de certificação envolve uma ética particular, essencial para dar-lhe credibilidade.

As regras do jogo e as normas de certificação devem ser definidas, portanto, de forma transparente e com a possibilidade de participação de todas as partes interessadas. A adesão à certificação deve ser voluntária e construída como uma oportunidade de diferenciação, e não como uma imposição que se transforme em barreira comercial. Os processos de auditoria precisam ser conduzidos, de maneira independente e com total transparência, por certificadores que tenham capacidade de interpretar as normas para diferentes realidades, seja uma grande empresa, seja um assentamento. Os certificadores devem assumir a responsabilidade de conduzir esse processo de interesse para a sociedade, com o claro propósito de induzir a mudanças na direção do desenvolvimento sustentável, e não apenas de oferecer mais um serviço em seus portfólios.

O candidato à certificação deve, também, entender que ela não pode ser comprada. Ela é conquistada e será apenas o primeiro passo de um processo para a melhoria contínua no longo prazo. Ao consumidor final ou corporativo, cabe exigir a opção de um produto com certificação, tendo clareza sobre o que garante aquele certificado, ou selo. Para isso, é necessário investir, intensamente, em vários aspectos, sobretudo na educação.

Para implementar o sistema de certificação, é preciso, em primeiro lugar, preocupar-se com a equidade: o sistema deve ser acessível a empreendedores de quaisquer perfis, além de aplicável em qualquer empreendimento. Esse constitui um dos maiores desafios atuais, pois a tendência inerente aos instrumentos

de mercado é concentrar, para excluir, da economia internacional, os marginalizados. São “naturais”, segundo essa lógica, duas tendências: as empresas, ou os produtores, com mais recursos e capacidade beneficiam-se dessas iniciativas e ocupam o espaço dos empreendedores sustentáveis; e as iniciativas de comunidades rurais, indígenas e de produtores familiares encontram mais dificuldade para participar dessas oportunidades. Como consequência, as iniciativas de mercado, como a certificação ou o pagamento por serviços ambientais, em vez de diminuir, podem aumentar as desigualdades e as assimetrias entre grandes e pequenos. Para um projeto de caráter socioambiental, entretanto, é de grande importância criar mecanismos para que agricultores familiares, indígenas e comunidades tradicionais — até mesmo pequenos e médios empresários — participem e alcancem os benefícios da certificação.

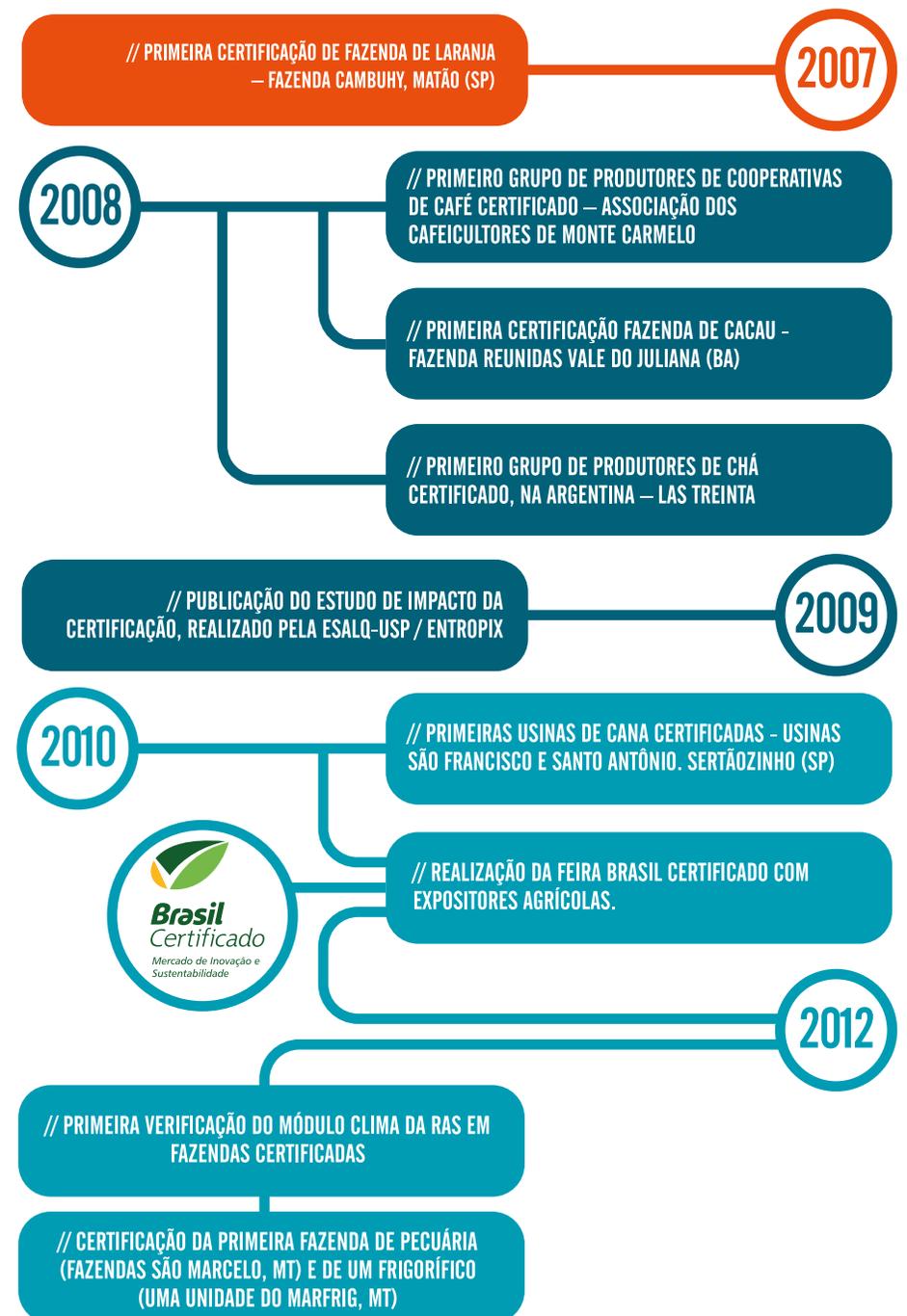
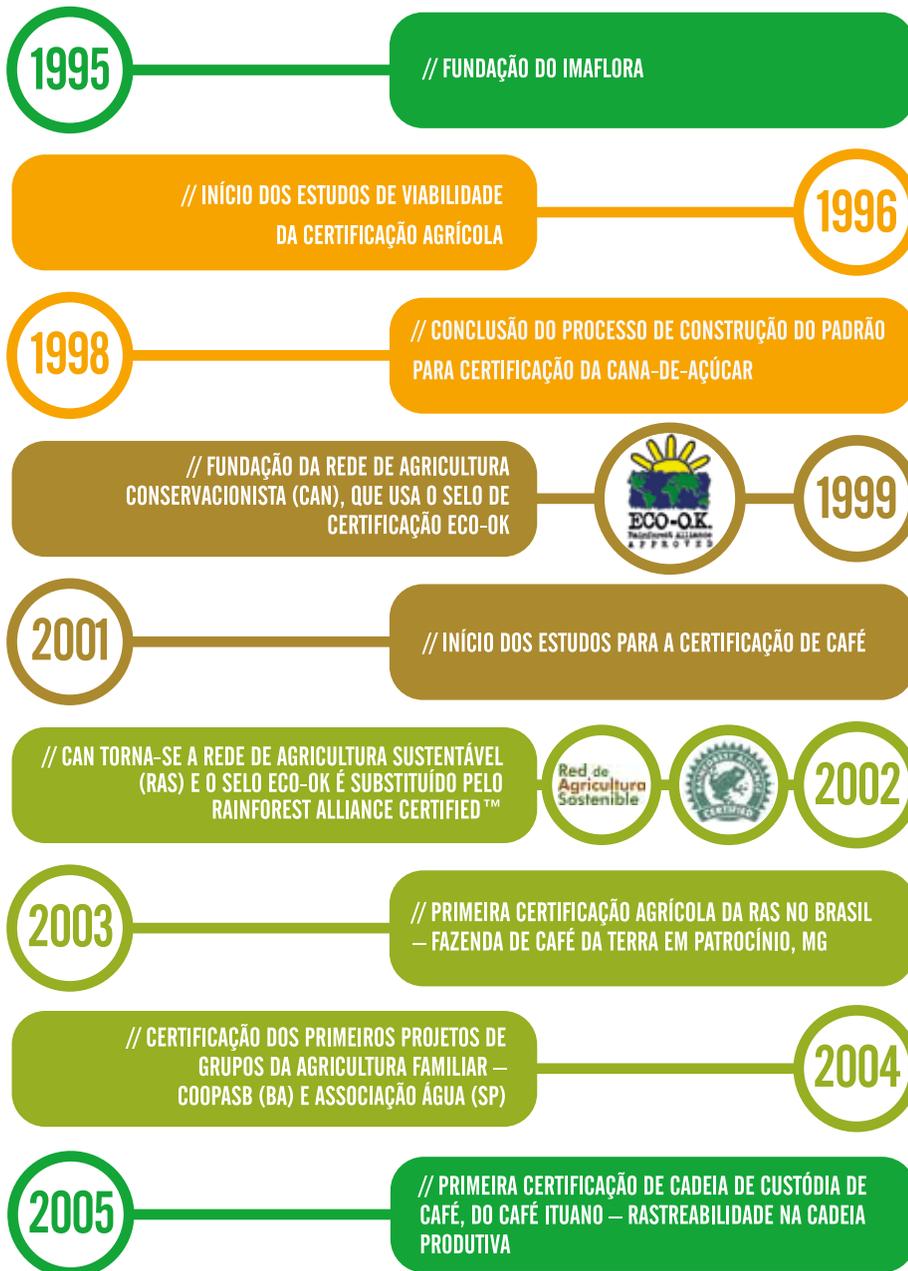
Finalmente, um instrumento de mercado não pode, e nem deve, substituir o Estado e os governos na criação, na aplicação e no cumprimento das leis. A certificação é voluntária e vai além de qualquer lei. Todavia mister se fazem políticas públicas que reconheçam os benefícios da certificação para o interesse público e que estimulem o engajamento em tais instrumentos. Devido a essas oportunidades e complexidades, é muito importante manter a proximidade com a academia, com o ensino e com uma sociedade civil capaz de garantir os objetivos do mecanismo.

## OS OITO ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DE IDENTIDADE E ESTRATÉGIA DO IMAFLORA

- Reconhecer o uso da floresta por populações humanas e a interdependência entre o meio e os habitantes.
- Considerar o uso e a valorização dos recursos naturais como de suma importância para a conservação, que complementa os mecanismos preservacionistas da natureza.
- Dar importância aos instrumentos de mercado voluntários e independentes para estimular mudanças rumo ao desenvolvimento sustentável, desde que desenvolvidos de forma participativa, equilibrada e transparente por grupos de interesse econômico, social e ambiental.
- Implementar instrumentos de mercado adaptados às realidades locais, acessíveis e aplicáveis em todas as modalidades de uso da terra, de estrutura fundiária e de propriedade da terra, com ênfase em comunidades tradicionais e em agricultores familiares.
- Reconhecer que os instrumentos de mercado só funcionam, se houver o ambiente institucional favorável e a disposição da sociedade realizar a sua implementação e o monitoramento.
- Admitir que os instrumentos de mercado não dispensam as políticas públicas; ao contrário, devem complementá-las na busca pela desejável integração.
- Saber que, mais do que o equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e econômica, a busca pelo desenvolvimento sustentável constitui um processo cuja base são o diálogo e a negociação, visando um alvo móvel. A construção de soluções para os dilemas deve fazer-se coletivamente, com a participação dos diversos grupos de interesse da sociedade.
- Defender que o acúmulo institucional combina a experiência no campo com a participação na definição de políticas públicas e empresariais. Já no início de 2013, havia 150 auditorias programadas para a certificação agrícola, com mais de 300 dias de trabalho no campo. Somados à certificação florestal, são mais de 1000 dias no campo, em várias regiões do Brasil e da Argentina, em empreendimentos de todos os perfis. Há semanas em que ocorrem mais de dez auditorias simultâneas. Ao mesmo tempo, os técnicos do Imaflora participam de fóruns nacionais e internacionais sobre certificação, com temas técnicos e estratégicos sobre aspectos ambientais, sociais, agrônômicos ou silviculturais. Neles, os profissionais interagem com organizações de trabalhadores rurais, formuladores de políticas, tomadores de decisão, ambientalistas, executivos e dirigentes de empresas.



## LINHA DO TEMPO



## DEZ ANOS DEPOIS - DADOS OUTUBRO 2013

### Total Brasil e Argentina:



### 161 Certificados

- 100 Agrícolas
- 61 Cadeia de custódia (rastreadabilidade)



**738 propriedades** nos 100 certificados agrícolas, sendo 670 propriedades em 29 grupos de produtores certificados.



**261.269 ha certificados**, sendo 106.067 ha de produção.



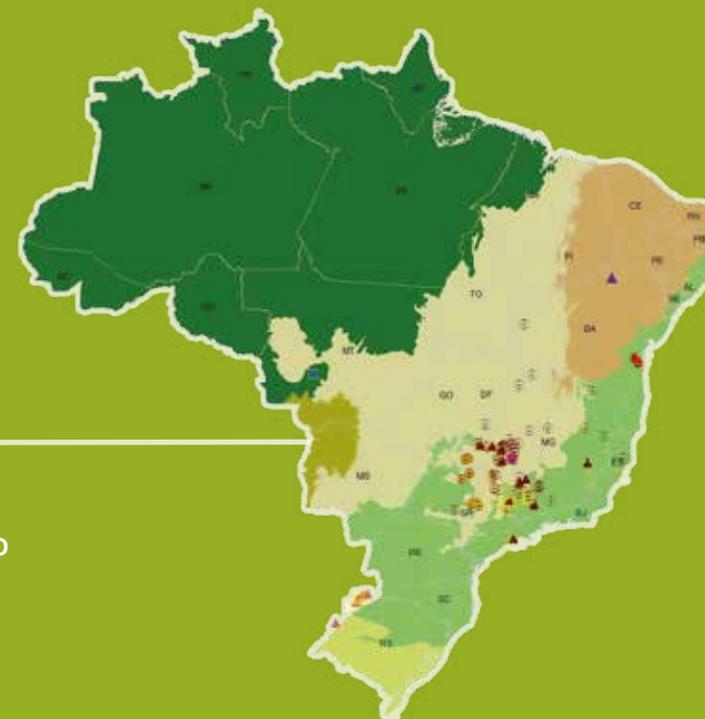
**79.438 ha de áreas de conservação.** 30% da área total dedicada à conservação.

**27.085** trabalhadores rurais (6.210 mulheres).



### Distribuição Espacial da Certificação Agrícola no Brasil e Argentina

Elaborado por IMAFLORA Hardt, Elisa; Dias, Vitória.  
Fonte: IMAFLORA, 2013 e IBGE, 2013



#### CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA

- ▲ Café, Grupo
- ▲ Chá, Grupo
- ▲ Gado, Grupo
- ▲ Uva, Grupo
- Abacate
- Cacao
- Café
- Citricultura
- Cadeia de Custódia

#### BIOMA

- |            |                  |
|------------|------------------|
| ■ Amazônia | ■ Mata Atlântica |
| ■ Caatinga | ■ Pampa          |
| ■ Cerrado  | ■ Pantanal       |

# BRASIL



## 140 Certificados

- 70 de fazendas individuais
- 20 de grupos de fazendas
- 50 de cadeia de custódia



**242.567 ha certificados**

98.117 ha de produção.



**75.457 ha de áreas de conservação**

31% da área total dedicada à conservação.



**25.981 trabalhadores rurais**

### Certificados por cultivos

café(78) , cacau (2), laranja (5), pecuária (1), frutas (2)



### Certificados de cadeias de custódia

café(40) , cacau (2), laranja (5), pecuária (1), frutas (2)



Distribuição espacial da Certificação Agrícola  
Área de maior concentração: Brasil



### CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA

- ▲ Café, Grupo
- ▲ Chá, Grupo
- ▲ Gado, Grupo
- ▲ Uva, Grupo
- Abacate
- Cacau
- Café
- Citricultura
- Cadeia de Custódia

### BIOMA

- Amazônia
- Mata Atlântica
- Caatinga
- Pampa
- Cerrado
- Pantanal

## ARGENTINA



### 20 Certificados

- 9 de grupos de fazendas de chá
- 11 certificados de cadeia de custódia



**Total de 442 propriedades**  
nos 9 grupos certificados.



**18.702 ha certificados**  
7.950 ha de produção de chá.

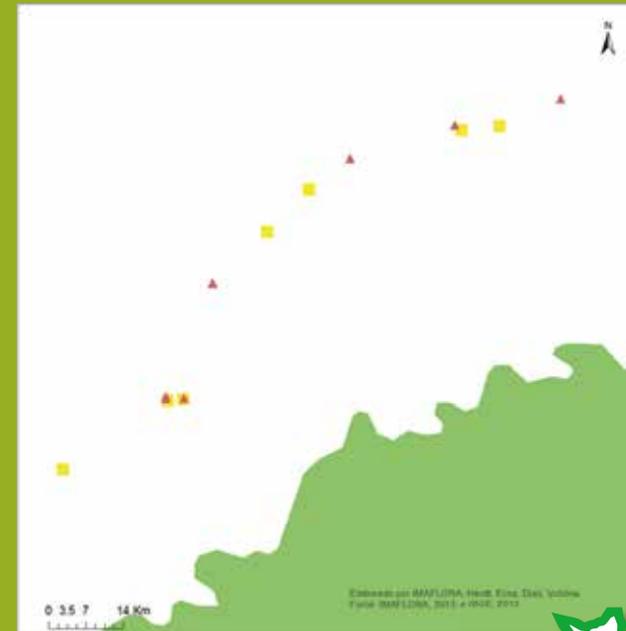
**3.951 ha de áreas de conservação**  
21% da área total dedicada à conservação.



**1.104 trabalhadores rurais**



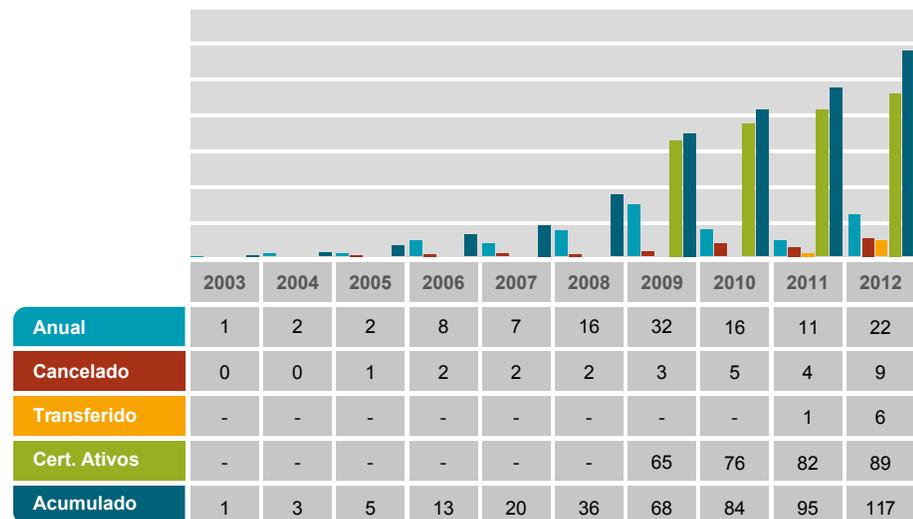
Distribuição espacial da Certificação Agrícola  
Área de maior concentração: Argentina



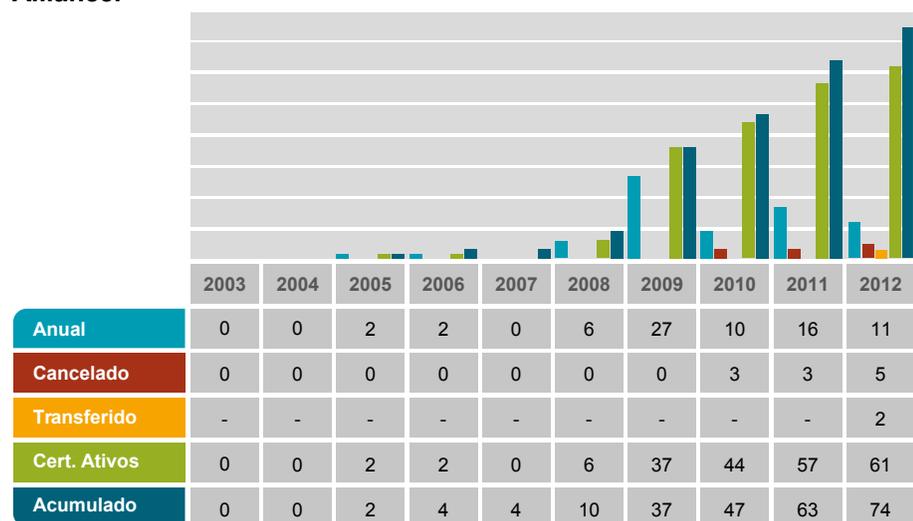
### CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA

- ▲ Chá, Grupo
- Cadeia de Custódia

**Evolução do número de empreendimentos certificados de Manejo Agrícola – Imaflora/Rede de Agricultura Sustentável (RAS) - Rainforest Alliance.**



**Evolução do número de empreendimentos certificados em Cadeia de Custódia – Imaflora/Rede de Agricultura Sustentável (RAS) - Rainforest Alliance.**



**Evolução dos certificados**

Apesar do crescimento contínuo da certificação socioambiental em todos os cultivos, nos últimos dez anos, também se cancelaram alguns certificados. A causa foi a falta de benefícios econômicos de alguns empreendimentos, especialmente daqueles que esperavam ágrio, ou mercados especiais, e não alcançaram esse patamar. Os cancelamentos raramente ocorreram com o café, mas, com frequência, em projetos de cultivo de outros produtos, para os quais a certificação não representava diferencial. Também se cancelou o certificado de fazendas que, por não cumprirem as melhorias necessárias, foram desqualificadas nas auditorias. Também perderam a certificação alguns projetos de pequenos agricultores com produção diversificada, sem um produto central para o mercado certificado. Por fim, aconteceram transferências de certificados individuais, devido ao fato de fazendas, já certificadas separadamente, passarem a integrar grupos certificados.

**A mudança**

Em 2008, a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq-USP) e a empresa de consultoria Entropix desenvolveram um estudo para avaliar o impacto da certificação agrícola da Rede de Agricultura Sustentável – Rainforest Alliance em empreendimentos certificados de café nas regiões do Cerrado e do sul de Minas Gerais. A pesquisa comparou a distinção e a qualidade do desempenho de fazendas certificadas e de não certificadas para mais de cinquenta variáveis agrônômicas, ambientais e sociais. O estudo, publicado em 2009, concluiu que a certificação faz a diferença para muitos dos temas estudados. O resumo dos impactos é mostrado a seguir. O trabalho completo – chamado “E se certificar, faz diferença?” – pode ser conferido em [www.imaflora.org/biblioteca.php](http://www.imaflora.org/biblioteca.php).



*“No Brasil, a certificação é o principal mecanismo de mercado, o que o diferencia do comando, do controle. Em seu conjunto, tem se mostrado importante para a conservação; no entanto não atua de forma isolada. Ela age em conjunto com a legislação ambiental, a criação de unidades de conservação, com os incentivos para a produção de alguns cultivos e com o zoneamento, que já existe, para algumas culturas. Mas a certificação tem um papel cada vez mais importante, porque consegue resultados rápidos e não depende de grandes aportes financeiros externos. A ideia da certificação é boa, especialmente se houver consumidores dispostos a aderir a ela, pois atua de forma muito rápida e não depende de nenhuma operação complexa de captação de recursos. A agilidade é sua principal vantagem.*

*A principal fragilidade, por outro lado, parece-me sua abrangência. A certificação acaba por atuar, em nichos, com viés seletivo sobre o perfil do produtor: contempla a produção mais organizada e mais avançada sob o ponto de vista tecnológico. Como consequência, facilita-se o acesso à certificação a quem invista em tecnologias e gestão, enquanto se o dificulta a quem produz em condições mais precárias.*

*Nesse contexto, a iniciativa do Imaflora — realizar um estudo como forma de avaliação externa sobre o trabalho da instituição — foi corajosa. O estudo não é uma inovação, no sentido metodológico, e foi projetado com vistas a isolar o efeito de uma ação específica, no caso, a certificação. O estudo conseguiu isolar o efeito da certificação, que, na sua rotina de aplicação, não compara quem está certificado a quem não está. Quem compra algo com o selo faz isso, julgando que o produto certificado seja*

*melhor do que o não certificado, comparação que, na realidade, não se fez. Ao expô-la, o estudo independente permitiu uma análise mais aprofundada sobre esse aspecto da certificação e sobre essa diferenciação do consumidor quanto aos produtos semelhantes não certificados”.*

**Gerd Sparovek, professor titular do Departamento de Solos da Esalq/USP.**



# RESULTADOS DA PESQUISA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE FAZENDAS DE CAFÉ CERTIFICADAS

## Classificação da qualidade atribuída aos empreendimentos

Simbologia	Porcentagem de resultados de caráter positivo
★★★★★	81 a 100%
★★★★	61 a 80%
★★★	41 a 60%
★★	21 a 40%
★	0 a 20%

Simbologia	Sentido do impacto
😊	Positivo (situação melhor no grupo certificado quando comparado ao não-certificado)
😐	Sem impacto (não houve diferença entre o grupo certificado e o não certificado)
😞	Negativo (situação pior no grupo certificado quando comparado ao não-certificado)

Conhecimento dos trabalhadores	Cerrado mineiro		Sul de Minas Gerais		Exigência RAS
	Impacto	Qualidade	Impacto	Qualidade	
Conhecimento acerca da situação ideal em margens de nascentes, rios e corpos d'água	😊	★★★★★			
Perigo do uso de agrotóxicos para o ambiente	😊	★★★★			
Perigo do toque nas plantas após aplicação de agrotóxicos	😊	★★★★★			
Conhecimento acerca da situação ideal em margens de nascentes, rios e corpos d'água	😊	★★★★			✔
Conhecimento acerca da situação ideal em margens de nascentes, rios e corpos d'água	😊	★★★★			✔
Conhecimento acerca da situação ideal em margens de nascentes, rios e corpos d'água	😐	★★★★★			✔
Conhecimento acerca da situação ideal em margens de nascentes, rios e corpos d'água	😊	★★★★★			✔

Preservação da vegetação nativa e conservação dos recursos hídricos	Cerrado mineiro		Sul de Minas Gerais		Exigência RAS
	Impacto	Qualidade	Impacto	Qualidade	
Uso de APPs para agricultura	😊	★★★★★			✔
Uso de APPs para pecuária	😐	★★★★★			✔
Reflorestamento com espécies nativas	😊	★★★★★			✔
Ocorrência de fogo em 2007	😐	★★★★			✔
Uso de produtos florestais madeireiros	😐	★★★			✔
Caça de animais silvestres	😐	★★★★			✔
Captura de animais silvestres	😐	★★★★★			✔
Plantio em curva de nível	😐	★★★★★			✔
Construção de terraços	😐	★★★★			✔
Construção de caixas de contenção	😐	★★★★			✔
Conhecimento dos trabalhadores	Cerrado mineiro		Sul de Minas Gerais		Exigência RAS
	Impacto	Qualidade	Impacto	Qualidade	
Declaração de averbação de reserva legal	😊	★★★★	😊	★★★★★	✔

Manejo de resíduos	Cerrado mineiro		Sul de Minas Gerais		Exigência RAS
	Impacto	Qualidade	Impacto	Qualidade	
Destino da água de lavagem do café	😊	★★★★★			✔
Manejo dos resíduos de abastecimento de máquinas agrícolas	😊	★★★★★			✔
Manejo dos resíduos de lavagem de máquinas agrícolas	😊	★★★★★			✔
Destino do lixo	😊	★★★			✔
Resíduos domésticos	Cerrado mineiro		Sul de Minas Gerais		Exigência RAS
	Impacto	Qualidade	Impacto	Qualidade	
Destino de esgoto de alojamentos	😊	★★★★★	😊	★★★★	✔
Destino de esgoto de residências	😊	★★★	😊	★★★★★	✔

Condições de trabalho	Cerrado mineiro		Sul de Minas Gerais		Exigência RAS
	Impacto	Qualidade	Impacto	Qualidade	
Contratação de trabalhadores permanentes	😊	★★★★★	😊	★★★★★	✔
Contratação de trabalhadores temporários	😊	★★★★★	😊	★★★★★	✔
Jornada de trabalho para trabalhadores permanentes	😊	★★★★★	😞	★★★★★	✔
Jornada de trabalho para trabalhadores temporários	😞	★★★★★	😞	★★★★★	✔
Salário dos trabalhadores permanentes	😞	★★★★★	😞	★★★★★	✔
Salário dos trabalhadores temporários	😞	★★★★★	😞	★★★★★	✔
Iluminação em residências	😞	★★★★★	😞	★★★★★	
Mobiliário básica em residências	😞	★★	😞	★★★	✔
Aquecimento da água para banho	😞	★★★★★	😞	★★★★★	✔
Tratamento da água para consumo humano	😊	★★★★★	😊	★★★★★	✔
Desperdício de água	😞	★★★★★	😞	★★★★★	
Distância e isolamento das plantações	😊	★★	😊	★★★★★	✔
Pagamento por moradia e energia elétrica	😞	★★★★★	😞	★★★★★	
Contato com a cidade	😞	★★★★★	😞	★★★★★	✔
Local para guardar pertences	😊	★★★★★			✔
Qualidade da limpeza dos banheiros	😊	★★★★★			
Iluminação nos banheiros	😞	★★★★★			
Mobiliário nos alojamentos	😞	★			✔
Número de sanitários disponíveis suficiente nos alojamentos	😞	★★★★★			✔
Aquecimento de água para banho nos alojamentos	😞	★★★★★			✔
Tratamento de água para consumo humano nos alojamentos	😊	★★★★★			✔
Desperdício de água nos alojamentos	😞	★★★★★			
Distância e isolamento de plantações nos alojamentos	😊	★			✔
Pagamento por moradia e uso de energia elétrica nos alojamentos	😞	★★★★★			
Contato com a cidade	😞	★★★★★			✔
Uso de EPI completos	😊	★★★★★	😊	★★★★★	✔

Perfil do trabalhador	Cerrado mineiro		Sul de Minas Gerais		Exigência RAS
	Impacto	Qualidade	Impacto	Qualidade	
Tempo de trabalho no empreendimento para trabalhadores permanentes	😊	★★★	😞	★★★★★	

Uso e manuseio de agrotóxico	Cerrado mineiro		Sul de Minas Gerais		Exigência RAS
	Impacto	Qualidade	Impacto	Qualidade	
Armazenamento de agrotóxicos	😊	★★★★★	😞	★★★★★	
Lavagem do EPI	😊	★★★★★	😞	★★★	
Armazenamento do EPI	😊	★★★★★	😞	★★★★★	
Lavagem de embalagens vazias de agrotóxicos	😊	★★★★★	😊	★★★★★	✔
Descarte de embalagens vazias	😊	★★★★★	😞	★★	✔
Cuidados para evitar a contaminação durante a aplicação	😞	★★★★★	😞	★★	✔

Alimentação e acesso a serviços de saúde	Cerrado mineiro		Sul de Minas Gerais		Exigência RAS
	Impacto	Qualidade	Impacto	Qualidade	
Número de refeições para menores de 11 anos	😞	★★★★★	😞	★★★★★	
Número de refeições para maiores de 11 anos	😞	★★★★★	😞	★★★★★	
Satisfação alimentar e nutrição	😞	★★★★★	😞	★★★★★	
Consultas médicas	😊	★★★★★	😊	★★★★★	



## CAPÍTULO 2

### UM POUCO DE HISTÓRIA: DE UMA IDEIA À FRENTE DO TEMPO À CONSTRUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA

O Imaflora foi fundado em 1995 e começou suas atividades na agricultura já no ano seguinte. Isso por entender que, para alcançar a sua missão original, contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor florestal, era fundamental atuar, também, na produção agrícola. Era evidente a importância desse setor para a conservação das florestas e para a qualidade de vida das populações tradicionais e indígenas. Afinal, é impossível separar florestas e agricultura, caso se pretenda alcançar, no Brasil, o desenvolvimento sustentável satisfatório. Embora seja um ideal muito em voga atualmente, não o era em meados da década de 1990. O Imaflora foi uma das primeiras organizações não governamentais da área florestal a trabalhar com agricultura e praticamente a única a manter uma visão integrada dos dois setores, desde a fundação.

A partir dessas premissas — e da experiência adquirida

com a certificação florestal FSC —, os estudos preliminares para criar um sistema de certificação socioambiental para a agricultura começaram em 1996. O primeiro passo: traçar uma análise, a fim de verificar o potencial e a aplicabilidade da certificação socioambiental para a agricultura brasileira. O ponto de partida foram os casos das culturas da cana-de-açúcar, da laranja e do café. Os objetivos eram identificar e caracterizar, de maneira superficial, cada setor e os principais impactos ambientais e sociais relacionados a cada atividade; verificar a potencialidade de mercado para os produtos agrícolas certificados e a diferença, quanto ao desempenho de produção, entre essas culturas. Era relevante, portanto, descobrir se havia unidades agrícolas produzindo cana-de-açúcar, café ou laranja com desempenho ambiental e social diferenciado da média, com caráter demonstrativo e postura pró-ativa dos seus empreendedores.

A constatação foi que as três culturas tinham potencial para a certificação socioambiental e que o recurso estimularia mudanças e geraria benefícios para diversos grupos de interesse da sociedade. Como a agropecuária nacional é muito heterogênea, a conclusão do Imaflora foi que um instrumento voluntário de mercado, como a certificação, faria todo o sentido. A partir dos estudos prospectivos, selecionou-se a cultura da cana-de-açúcar para iniciar um projeto-piloto de certificação socioambiental no estado de São Paulo. Com a conclusão do projeto, o processo seria replicado para a agricultura como um todo, em escala nacional, estendendo-se as oportunidades, os desafios e os benefícios da certificação socioambiental para a agricultura brasileira em geral.

A cana-de-açúcar foi a escolhida, devido a sua importância estratégica para a economia, para a conservação de recursos naturais, para o aumento da quantidade e da qualidade dos empregos que gera e, conseqüentemente, para o aumento da qualidade

de vida do país. Também está ligada a um setor de grande visibilidade no cenário nacional e internacional, com imenso potencial demonstrativo de bons e maus exemplos para a sociedade brasileira e construtor de referências para a agropecuária nacional.

Outros fatores conjunturais foram considerados para a escolha da cana como projeto-piloto: o fato do Imaflora estar sediado na cidade paulista de Piracicaba, tradicional região sucroalcooleira e com ambiente institucional bastante favorável à iniciativa, com várias entidades ligadas ao setor, seja nos aspectos técnicos, seja nos políticos. Além disso, na ocasião do início do projeto-piloto, havia uma grande discussão sobre a retomada do Proálcool – programa federal de incentivo à produção de etanol combustível – e o fim da queima da cana em São Paulo, fatos que também tornavam o momento político favorável. Entre os objetivos do projeto, estavam definir padrões para a avaliação, o monitoramento e a certificação socioambiental; criar e implementar um sistema de certificação socioambiental, isto é, uma estrutura institucional e de regulamentação para o funcionamento operacional da certificação, e harmonizar esse sistema com as principais iniciativas internacionais de certificação agrícola.

A definição dos padrões e a criação do sistema aconteceram entre 1996 e 1998 com sucesso, sob o ponto de vista político, considerando-se tanto a representatividade, o equilíbrio e a legitimidade dos seus participantes diante do setor, como o alto nível de debate e o esforço coletivo para a construção dos consensos possíveis. Foram três anos de consultas públicas, workshops, reuniões com todos os interessados e inúmeros testes de campo. Valeu a pena. O êxito desse processo — sob o ponto de vista de conteúdo e de influência política — ficou notório, uma vez que o projeto e seu documento final foram reconhecidos pelo setor sucroalcooleiro nacional, por ONGs e movimentos sociais nacio-

nais e internacionais ligados ao meio ambiente e à agricultura. Os padrões criados tornaram-se referência para a discussão de boas práticas de produção no setor e foram profundamente analisados pela comunidade acadêmica.

Mesmo com o sucesso da construção do padrão, a iniciativa do Imaflora não resultou no início de qualquer processo de certificação, uma vez que algumas das premissas do projeto-piloto não se materializaram. Fundamentalmente, não houve garantia de reais benefícios econômicos para os empreendimentos — principalmente usinas — que se interessassem pela certificação socioambiental, seja por diferenças de mercado, seja devido a políticas públicas para o álcool, ou para o açúcar certificados<sup>1</sup>.

De todo modo, do projeto-piloto nasceu uma referência no desenvolvimento de padrões de sustentabilidade para a agricultura brasileira, disseminando o conceito da certificação socioambiental e abrindo caminhos para o Imaflora incentivá-lo também em outras culturas. Na dimensão internacional, o projeto resultou na participação e na liderança do Instituto para a criação da Rede de Agricultura Sustentável (RAS).

Em 2001, iniciaram-se as atividades para a certificação do café, seguindo a mesma abordagem socioambiental e adotando padrões similares aos desenvolvidos para o setor sucroalcooleiro. Nesse caso, a partir de uma demanda do mercado internacional pelo café certificado, aconteceu o caminho inverso: os próprios empreendedores procuraram o Imaflora. Essa demanda resultou de um trabalho de longo prazo e de muito investimento para a criação e a promoção de uma marca, além da sensibili-

zação de grandes empresas internacionais que compram e vendem café ao consumidor intermediário e final. No setor cafeeiro, também já havia o conceito da qualidade do produto, razão de diversas campanhas de organizações internacionais cobrando a sustentabilidade na produção e no comércio.

Mesmo com essa oportunidade concreta, no curto prazo, seriam necessários mais dois anos de trabalhos técnicos, consultas e testes de campo para adaptar as normas de certificação da RAS à realidade ecológica, socioeconômica e tecnológica do café brasileiro. Assim, a primeira certificação socioambiental de um empreendimento agrícola do Imaflora, sob o sistema da Rede de Agricultura Sustentável, foi para uma fazenda de café, em 2003, sete anos depois da sua idealização.



*“O sistema RAS foi uma das alavancas essenciais para a transformação histórica e radical que caracterizou a cadeia do café brasileiro, provavelmente um caso único no mundo pela intensidade, rapidez e abrangência. O fato de ter acontecido com o café – que estava numa situação assustadora, ainda no final da década de 1990 – aponta para um potencial transformador em qualquer cadeia. É muito interessante notar como o RAS conseguiu influenciar o setor, mesmo ocupando uma fatia de agregação de valor qualificada.*”

---

<sup>1</sup> Todo o projeto da certificação da cana está documentado e analisado, assim como aspectos conceituais da certificação socioambiental estão publicados no livro *Certificação Socioambiental para Agricultura: desafios para o setor sucroalcooleiro*, disponível em [www.Imaflora.org/biblioteca.php](http://www.Imaflora.org/biblioteca.php)

*Tal processo só se realizou porque o Imaflora teve a coragem de acreditar e apostar nele, sabendo, com certeza, que os resultados viriam no médio e no longo prazos. Também porque alguns financiadores confiaram na capacidade de a instituição transformar cenários ousados em exemplos para o mercado. Pena que muitos demorem a entender que esse mesmo potencial hoje se aplica a cadeias como aquelas da pecuária, com impactos ainda maiores e mais estratégicos. Mas tenho certeza que o Imaflora não vai desistir”.*

**Roberto Smeraldi, diretor de políticas da ONG Amigos da Terra-Amazônia Brasileira**



## OS PIONEIROS ABREM ALAS PARA AS MUDANÇAS DE UM SETOR

Os casos precursores da certificação foram muito particulares, mas é possível identificar um padrão comum no perfil dos empreendedores. Sejam as primeiras fazendas de café, de cacau, de cana-de-açúcar, de laranja, seja a pecuária, a história tem similaridades. Em geral, eram propriedades de grande porte, ou que pertenciam a grupos econômicos sólidos e consistentes, com grande capacidade de organização, de negócios e de investimentos, caracterizados pelo acúmulo técnico e pela visão de longo prazo. Os líderes dos projetos costumam ter um componente de inovação em seus negócios, ancorados em compromissos individuais, ou corporativos, com a sustentabilidade.

Além da visão, do compromisso e da capacidade, os primeiros projetos já apresentavam sinais preliminares, ou até bem claros, de oportunidades comerciais e de negócios decorrentes da certificação, com retornos econômicos vislumbrados, sejam tangíveis (mercados ou preços), sejam intangíveis (imagem, reputação, valor da marca ou do negócio). Se não havia a demanda concreta pelo produto certificado, os pioneiros usaram a sua capacidade para criar a oferta, disponibilizando o item certificado e assumindo um papel fundamental para quebrar a inércia inicial entre oferta e demanda.

A visão de longo prazo também mostrou que nenhum dos casos pioneiros, em qualquer um dos setores, abandonou a certificação ao longo dos anos, mesmo em eventuais dificuldades econômicas, como ocorre com outros empreendedores ao longo do percurso. Enfim, os pioneiros abriram alas para uma grande transformação. Aos poucos, essa mudança pode contaminar um setor, ou uma cadeia produtiva, como um todo. Mesmo que se trate de empreendimentos cujo ponto de partida costumam ser uma gestão de alto nível e um bom desempenho socioambiental, seus líderes e gestores confirmam que a certificação vem contribuindo para conduzir mudanças e melhorias em suas empresas.

## O nascimento da Rede de Agricultura Sustentável - RAS

A Rede de Agricultura Sustentável (RAS) surgiu a partir de parcerias entre a organização norte-americana Rainforest Alliance e ONGs da América Latina, que trabalhavam com a temática da conservação da biodiversidade na agricultura, no final de década 1980 e no princípio da de 1990. No início, entidades, como o CyD (Equador), a FIIT (Guatemala) e a Fundacion Ambio (Costa Rica), desenvolveram padrões para certificar banana, café e cacau, em seus países, com o uso do selo ECO-OK. Em 1999, a CyD, a FIIT, o Imaflora e a Rainforest Alliance fundaram a Rede de Agricultura Conservacionista (CAN), assinando um convênio de colaboração entre as quatro organizações. Já no início dos anos 2000, a CAN ganhou a adesão da Fundación Natura (Colômbia), da Salvanatura (El Salvador), do Icade (Honduras) e da Pronatura Sur (México). Em 2001, o selo ECO-OK foi substituído pelo Rainforest Alliance Certified e a CAN, rebatizada como Rede de Agricultura Sustentável (RAS). A entidade foi registrada como organização no México, em 2008, como uma coalizão de organizações conservacionistas independentes, que promove a sustentabilidade social e ambiental da produção agrícola, por meio do desenvolvimento de normas.

No início, as normas da RAS eram aplicadas somente em culturas perenes de grande impacto ambiental e social, como banana, café e cacau. Após um ano de consultas, em 2008, a norma foi revista, incluindo critérios que permitiram a sua aplicação em praticamente todas as culturas agrícolas tropicais, como cana-de-açúcar, soja, palma e milho, entre outras.

Após outro intenso processo de consulta internacional, em 2010, o sistema incorporou critérios adicionais para a avaliação da pecuária, aumentando substancialmente o seu potencial de aplicação. Em 2011, foi publicado o Módulo Clima, com novos

critérios para reconhecer o papel da agropecuária no balanço de emissão de gases de efeito estufa. Desde 2007, a RAS conta com um Comitê de Normas, independente e responsável por todo o processo de elaboração e de revisão das normas do sistema.

Desde a fundação original em 1999, a RAS evoluiu, substancialmente, na sua governança, sua estrutura e seu funcionamento, bem como na definição da sua relação com a Rainforest Alliance. Esta é um membro da RAS, com direitos e deveres iguais aos dos outros membros, pertencendo à RAS a propriedade intelectual das normas e das políticas do sistema. Todavia, além de ser membro da RAS, a Rainforest Alliance é proprietária exclusiva do selo Rainforest Alliance Certified™ (RAC), o que lhe garante um papel diferenciado no sistema de certificação quanto à rastreabilidade e ao uso do selo. A Rainforest Alliance também tem o papel de promover o selo Rainforest Alliance Certified™ e os produtos certificados no âmbito internacional. Portanto o sistema de certificação, como um todo, é compartilhado pelas duas organizações.

Ambas são membros fundadores e completos da ISEAL Alliance, organização que zela pela credibilidade de sistemas de certificação voluntários e independentes, com abordagem social ou ambiental. Para ser membro completo da ISEAL, é necessário que os sistemas de certificação cumpram os códigos de boas práticas, que ajudam a conferir credibilidade a essas iniciativas.

No sistema RAS-RAC, além das normas de certificação, definem-se as regras do jogo em uma Política de Certificação. É ela que determina a forma de implementar as normas e de tomar a decisão de certificação de um empreendimento, seja uma fazenda, seja um grupo de fazendas, seja um processador de cadeia de custódia. As políticas de sistemas de certificação têm recebido pouca atenção das partes interessadas, quando se comparam os

sistemas. Esse componente, entretanto, é tão fundamental quanto as normas no sentido de garantir o cumprimento delas e de tratar da transparência do sistema. A política da RAS define os tipos de auditoria, a forma de pontuação, como se decide certificar um empreendimento, ou cancelar uma certificação, e outros componentes de operação do sistema.

Outra evolução da RAS foi o relacionamento com os certificadores. Inicialmente, eles eram somente ONGs reconhecidas pela RAS e pela Rainforest Alliance, que atuavam como organismos de inspeção, subordinados a um único organismo de certificação. Por essa época, o Imaflora e outras entidades nacionais somente conduziam os processos de auditoria e elaboravam relatórios de certificação, mas não tomavam a decisão final de certificar, ou não, um empreendimento-candidato. Em 2010, começou o processo de abertura do sistema de certificação, com controle independente dos certificadores por um organismo de acreditação. Atualmente, para se tornar certificador do sistema, o candidato tem que cumprir os requisitos de acreditação da RAS e da ISO 65, que é a norma ISO que trata da qualidade, da independência e da transparência dos certificadores.

Com toda essa evolução, em março de 2013, o alcance da certificação era de 2,6 milhões de hectares, distribuídos em mais de 700 mil fazendas (principalmente de pequenos produtores) de 35 países. As principais culturas certificadas foram as de cacau, de chá, de café e de banana, além de flores, de palma, de cana-de-açúcar e a pecuária, entre diversas outras. Os produtos finais estão em países de todo o mundo, mas, principalmente, na Europa, na América do Norte e no Japão.

É importante destacar que, além de ter um sistema aplicável para praticamente toda a agricultura tropical, a unidade de avaliação de uma auditoria é a fazenda, ou a propriedade rural,

como um todo, independente do produto final a certificar. Assim, aspectos ambientais, sociais e agronômicos são observados, integralmente, em todas as fazendas. Adicionalmente, o sistema da RAS possui a certificação de rastreabilidade, ou de cadeia de custódia, que garante a origem da matéria-prima em produtos finais, certificados ao longo de toda a cadeia produtiva.

## OS PRINCÍPIOS DA NORMA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL DA RAS

1. Sistema de gestão social e ambiental
2. Conservação de ecossistemas
3. Proteção da vida silvestre
4. Conservação de recursos hídricos
5. Tratamento justo e boas condições de trabalho
6. Saúde e segurança no trabalho
7. Relações com a comunidade
8. Manejo integrado do cultivo
9. Manejo e conservação do solo
10. Manejo integrado de resíduos

A Norma de Agricultura Sustentável tem, como pilar fundamental, o sistema de gestão social e ambiental da fazenda, ou do empreendimento a avaliar. Além disso, na parte ambiental, tem critérios que tratam da conservação da biodiversidade, do solo e da água. Cuida, em profundidade, de aspectos do tratamento e das condições dos trabalhadores, da saúde e da segurança ocupacional e das relações do empreendimento com os seus públicos interno e externo. Há também critérios específicos para a emissão de gases de efeito estufa e energia. Trabalhou-se um conjunto de critérios específicos para o manejo de resíduos gerados na propriedade, assim como para o manejo integrado do cultivo agrícola. A norma de pecuária tem critérios adicionais, que tratam do manejo do gado e da pastagem, do bem-estar animal, da emissão de gases de efeito estufa e de requisitos ambientais adicionais.



*“Quando a Rainforest Alliance e outras ONGs se reuniram, no início dos anos 1990, a fim de criar as primeiras normas para a agricultura sustentável, buscamos o Imaflora por sua experiência e suas ideias. A instituição já era vista como líder no estabelecimento de normas, graças à sua contribuição para o desenvolvimento do SmartWood, que levou à criação do FSC. Começamos por enfrentar problemas no setor da banana, que incluíam o desmatamento, a contaminação dos rios, o uso excessivo de pesticidas, além de condições inadequadas para os trabalhadores na América Central. Por dois anos, facilitamos reu-*

*niões entre agricultores, ONGs, cientistas, sindicatos, empresas do setor, agências governamentais e outras partes interessadas. O objetivo era chegar a um acordo sobre soluções práticas para os problemas comuns. As orientações resultaram nas primeiras normas que combinavam as questões sociais, ambientais e de gestão agrícola. As ONGs participantes da América Central e do Sul formaram a Rede de Agricultura Conservacionista. Também criaram um padrão de certificação e passaram a treinar produtores e a auditar fazendas. A primeira fazenda de bananas foi certificada na Costa Rica em 1993.*

*Nesse ponto, as ONGs já estavam pesquisando maneiras de tornar fazendas de café melhores para a vida selvagem e para os agricultores. A rede certificou a primeira fazenda de café na Guatemala, em 1995. O programa espalhou-se rapidamente na América Latina, trabalhando com frutas tropicais, café, cacau e outras culturas. O conceito de agricultura sustentável foi inicialmente visto, no mínimo, como demasiado ambicioso e uma ideia maluca. Mas, como os agricultores começaram a ver os benefícios da implementação das práticas recomendadas, o conceito foi aceito como uma forma de agricultura inteligente, fazendo com que biodiversidade, trabalhadores e agricultores prosperassem lado a lado.*

*O Imaflora — como referência sobre agricultura no Brasil — desempenhou um papel fundamental na formação da coalizão de ONGs, que manteve seus princípios fundadores, mas mudou seu nome para Rede de Agricultura Sustentável, a RAS. A equipe do Imaflora contribuiu com conhecimentos valiosos sobre questões técnicas, da gestão de ecossistemas aos direitos trabalhistas. Mas as suas habilidades e sua experiência em estrutura de organização, de gestão, de negociação, em engajamento de partes interessadas e de negócios foram ainda mais importantes para a jovem coalizão. Com o crescimento em influ-*

*ência, tamanho e reputação da Rede de Agricultura Sustentável, o Imaflora serviu, como modelo, e sua equipe de profissionais tornou-se referência, como guias e mentores críticos.*

*Até o final de 2012, o programa havia-se espalhado para 35 países. A RAS passou a ter cinco organismos de certificação acreditados, sistemas sofisticados e diversas ONGs interessadas em se tornar membros. Hoje, conta com uma equipe de oito pessoas, tendo, à frente, o diretor André de Freitas, que já havia comandado o Imaflora. Em 2012, a RAS alcançou 2,2 milhões de hectares certificados, administrados, principalmente, por pequenos agricultores, num total de 770 mil produtores. Mais de 3.400 empresas, grandes e pequenas, já vendiam produtos Rainforest Alliance Certified™”.*

**Chris Wille — Chief of Agriculture — Rainforest Alliance**

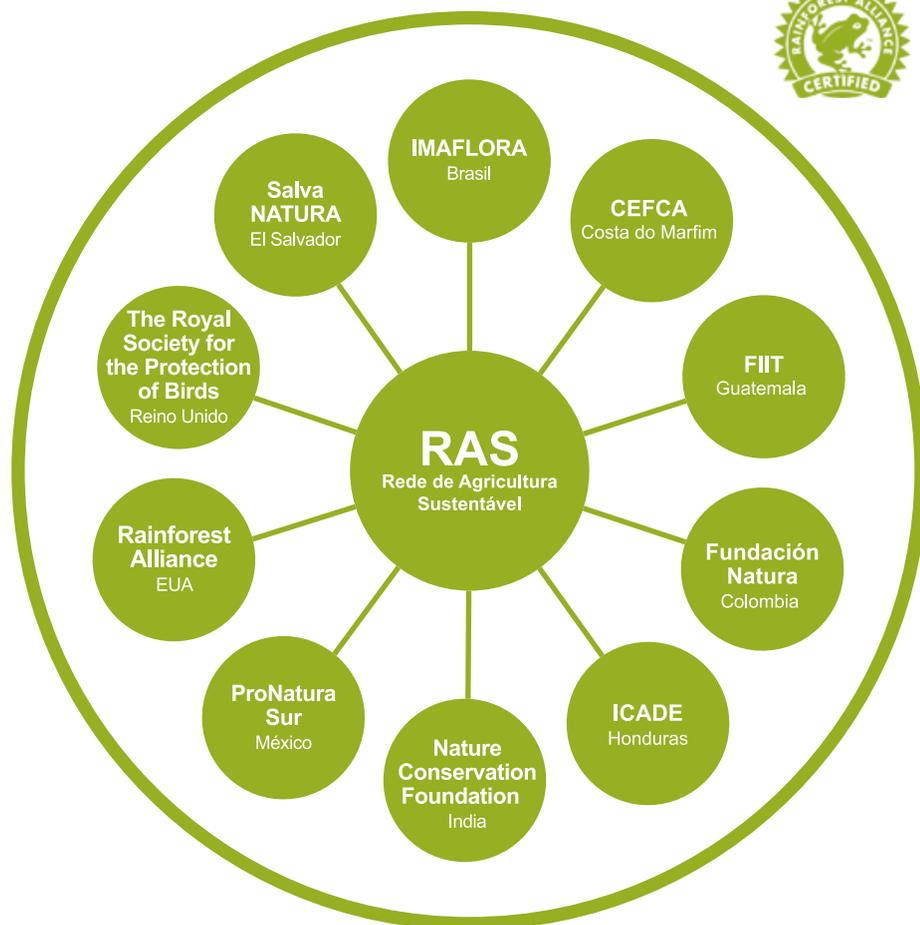


O Imaflora é membro fundador da RAS e participou de todas as fases de sua evolução institucional e operacional. Atualmente, sua participação acontece das seguintes formas:

- Como membro da RAS, atua na instância de decisão sobre a estrutura e o funcionamento do sistema. Na RAS, tomam-se decisões sobre os seus membros, as normas, as políticas de certificação, o sistema de acreditação de certificadores e o modelo financeiro do sistema, entre outros aspectos;
- Como certificador, atua sob o controle do organismo internacional de acreditação, o IOAS. Entre 2003 e 2010, a atuação era somente como organismo de inspeção, tomando o SFC, entidade da Rainforest Alliance, a decisão de certificação. A condição de certificador independente foi alcançada em 2011, para a atuação no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Paraguai e na Bolívia. O significado da conquista da condição de certificador foi tratado no artigo Certificação e empreendedorismo social (<http://imaflora.blogspot.com.br/2012/05/certificacao-e-empreendedorismo-social.html>);
- Como provedor de assistência técnica, atua junto a organizações de produtores interessadas em certificar-se e no desenvolvimento de mercado para produtos certificados no Brasil. Essa atuação será detalhada em seguida no livro, incluindo os instrumentos para evitar o conflito de interesses no trabalho do certificador.

## O Imaflora no sistema da Rede de Agricultura Sustentável-Rainforest Alliance Certified (RAS-RAC)

Desenvolvimento de Normas e Políticas / Assistência técnica



Certificação e auditorias





## CAPÍTULO 3

### AUDITORIA: UMA ALAVANCA, NÃO UM MARTELO

Vários fatores influenciam e motivam um empreendimento a buscar a certificação agrícola socioambiental. Quando a decisão é tomada, tem início uma série de ações para alcançar esse objetivo. Por isso, é razoável imaginar que as transformações, requeridas pela certificação, começam no momento dessa definição e relacionam-se aos fatores que motivam a empresa nessa direção. Durante o processo de certificação, existe uma fase de planejamento das ações, para adequar-se aos requisitos da norma; só depois, as pessoas envolvidas iniciam as ações propostas. É uma fase de adaptação ao novo.

Para a empresa que ingressa, pela primeira vez, no desenvolvimento de uma certificação, a fase de adaptação constitui um período crítico. Ela mexe com os processos internos do empreendimento e, em alguns casos, leva a mudanças de conceitos, de hábitos e de comportamentos da direção e dos próprios

trabalhadores, sejam eles fixos, sejam temporários, sejam, ainda, prestadores de serviços. Uma nova forma de relacionamento entre a empresa e as pessoas pode surgir. Tais transformações são promovidas pelos administradores do empreendimento e atingem a todos. Entretanto, como mudanças geram ansiedade, aprovação, reprovação e tensões, independente do tamanho e da complexidade do negócio, o gerenciamento desses conflitos configura-se como o principal desafio dos gestores e dos implementadores das empresas candidatas à certificação. Não raro, nesse ambiente efervescente, acontece a auditoria.

De maneira geral, auditar é verificar se um processo está de acordo com determinado padrão. Sua metodologia é normatizada para ser replicada em qualquer lugar do mundo. Mas, como todo método, descreve essencialmente uma técnica. A palavra “auditar” vem do latim *audire* e *auditus*. Ambas significam “ouvir” e “audição”, respectivamente. É essencial que um auditor ouça todos os envolvidos em uma certificação e esteja atento ao que eles têm a dizer. As pessoas devem estar tranquilas para expor suas ideias. Desse modo, o ambiente de auditoria tende a ser harmônico e equilibrado.

Porém o auditor pode se deparar com pessoas com comportamentos pouco receptivos, defensivos, ou inseguros. Nesses casos, será preciso dissolver as barreiras, dissipar a atmosfera de prova de fogo, oferecendo conforto e segurança para os entrevistados e para a empresa. O auditor é o condutor do processo. Cabe, a ele, desmistificar esse ritual, tornando-o leve, embora sério e profissional. É uma missão delicada, na qual é necessário ser rigoroso sem intimidar.

Como se vê, a forma de abordagem é fundamental. O auditor deve buscar, com clareza e objetividade, as informações e as evidências de que necessita, sempre dentro do escopo da norma

ou do padrão avaliado, seguindo a metodologia preconizada pela instituição onde trabalha. Ao mesmo tempo, deve agir com absoluto respeito pelo auditado. Além das competências técnicas, precisa da sensibilidade, para identificar o ambiente onde está atuando, e da habilidade, para mantê-lo em equilíbrio e adequado à auditoria.

Em geral, a auditoria é feita por um grupo multidisciplinar, conduzido por um auditor líder e auditores de suporte. O líder tem o papel de planejar e garantir os objetivos da auditoria, acompanhando o trabalho dos colegas e fazendo a interlocução com a equipe do empreendimento. A auditoria é dividida em três etapas distintas: uma reunião de abertura, a investigação da conformidade e uma reunião de fechamento. Na abertura, o líder apresenta sua equipe e os objetivos, os procedimentos e o planejamento das atividades. No fechamento, o líder apresenta os resultados, as eventuais inconformidades encontradas, as suas evidências e uma qualificação preliminar do empreendimento diante da norma. A decisão final é tomada pelo responsável formal do certificador. O trabalho deve estar pautado em método de etapas organizadas, no sentido de investigar a conformidade entre a realidade do empreendimento auditado e a norma. O trabalho do grupo de auditores deve levá-los a identificar dois aspectos:

1. O que o empreendimento diz que faz e que pode ser observado em políticas, planejamentos e procedimentos, assim como em entrevistas com a liderança da operação;
2. O que o empreendimento faz, que é verificável em observações de operações e práticas de campo e em entrevistas com funcionários que realizam ou registram operações.

O auditor deve verificar se o que o empreendimento faz é o mesmo que ele diz fazer. Eventuais diferenças podem decorrer de problemas no sistema de gestão, que precisam ser corrigidos. Entretanto o trabalho primordial da equipe de auditores, nesse caso, é atestar se a empresa atende aos requisitos, aos propósitos, aos resultados e ao desempenho esperado da norma em avaliação. Em um sistema socioambiental, a investigação e a avaliação do resultado, ou do desempenho, devem ser priorizadas sobre as evidências documentais.

*orienta, fiscaliza, faz todas as verificações, imbuído da responsabilidade de manter a fidelidade às premissas da norma, para que ela não perca a credibilidade. Os clientes que temos são 100% Rainforest Alliance e fiéis à certificação. Com ela, ganhamos mercado, porque agrega valor e permite melhor preço de venda”.*

**Leopoldo Alberto Ribeiro Sant`Anna – Gerente Geral Da-Terra**

*“Em 1994, o Luis Norberto Paschoal (Presidente da Da-Terra) fez o primeiro contato com a Rainforest Alliance, que nos informou ser o Imaflora o responsável pela certificação no Brasil. Mas, somente em 2002, passamos por auditoria e, em 2003, fomos certificados.*

*Não vejo limitações na norma. Trabalhamos no aperfeiçoamento contínuo de todas as etapas de produção e estamos sempre procurando melhorar, a cada ano. A certificação contribuiu para o progresso em vários processos internos, inclusive na conscientização dos funcionários quanto aos aspectos ambientais da produção. A certificação também ajudou na sistematização dos trabalhos, na disciplina, na organização das várias tarefas, no respeito ao trabalho.*

*Sozinha, a norma não representa nada. É o Imaflora quem*

A investigação consiste na busca da conformidade à norma, por meio do levantamento de evidências de conformidade ou de inconformidade, posteriormente submetido à triangulação entre a análise de documentos, as entrevistas e as observações de campo. É um trabalho iterativo, analítico, de alta complexidade. O maior desafio da equipe, entretanto, é transformar a auditoria em um momento de aprendizado, de indução à inovação e à melhoria contínua. Caso se transforme em um cerimonial meramente protocolar e formal, será um grande desperdício para todos. O auditor deve tentar passar, aos responsáveis pela gestão do empreendimento, os objetivos da norma, bem como os resultados que se esperam da sua implementação. Isso deve ser alcançado sem imposição, mas por meio de consistente argumentação lógica e técnica, quando as partes dialogarem.

Finalmente, os auditores devem apontar as conformidades e as inconformidades, isto é, as lacunas para o cumprimento da norma e para alcançar a evolução. Precisam identificar o que deve ser feito, mas não o “como deve ser feito”. Esse é o limite entre a auditoria e a consultoria, a ser permanentemente respeitado pela equipe auditora, principalmente porque são muitas as soluções possíveis para uma inconformidade e cada empreendimento deve encontrar as melhores para sua situação. Este é o desafio da certificação e da sustentabilidade: o trabalho de auditoria deve estimular a busca do melhor para cada um, em um processo construtivo e educativo. Em resumo, é fazer da auditoria uma alavanca, não um martelo.



### O treinamento de auditores e a construção de níveis

O perfil dos auditores, bem como a forma como se conduzem as auditorias, constituem a base para que o Imaflora cum-

pra bem sua missão. A divulgação de novas oportunidades de treinamento e de formação acontece, preferencialmente, por edital disponibilizado no site da instituição e também nas redes sociais. O processo de seleção começa com a análise dos currículos recebidos, buscando profissionais com formação nas áreas agrônoma, ambiental, social e afins, além de experiência em áreas relacionadas à certificação. É necessário também que os candidatos tenham interesse pelos valores e pelas crenças do Imaflora e que se identifiquem com sua missão institucional.

Os profissionais escolhidos são convidados a fazer um curso teórico básico para a formação de auditores. Nele, são apresentadas a Rede de Agricultura Sustentável (RAS) e a sua relação com o Imaflora e a Rainforest Alliance, os conceitos de certificação, o desenvolvimento de normas, como deve ser a postura do auditor, os processos de auditoria, a apresentação das normas, entre outros. Em seguida, propõe-se um treinamento prático obrigatório, com várias visitas a campo. De início, o candidato a auditor alcança o nível de observador. Essa etapa tem o objetivo demonstrar, ao candidato, como é o trabalho de campo e a interpretação da norma da RAS. O observador participa de, no mínimo, duas auditorias e não tem responsabilidades de análise no processo da auditoria e de redação do relatório. Em seguida, será avaliado, preferencialmente, pelo auditor líder da equipe. Nessa etapa, a meta é identificar se o candidato tem perfil para continuar no programa de formação de auditores do Imaflora.

De observador, o candidato passa ao status de auditor trainee. A meta dessa fase é capacitá-lo no conhecimento da norma e na condução do trabalho em campo. Participa de três, ou mais, auditorias, nessa função durante meses consecutivos. A etapa é monitorada pelo auditor líder, pelos coordenadores de certificação e, principalmente, pelo seu tutor. Em geral, o tutor é um coordenador de certificação socioambiental agrícola. Ele acompa-

nha o desenvolvimento dos seus tutorados, preparando-os para as auditorias de campo, especialmente em casos mais complexos, além de revisar os seus relatórios, sempre que necessário, agindo como avaliador, mentor, educador e conselheiro.

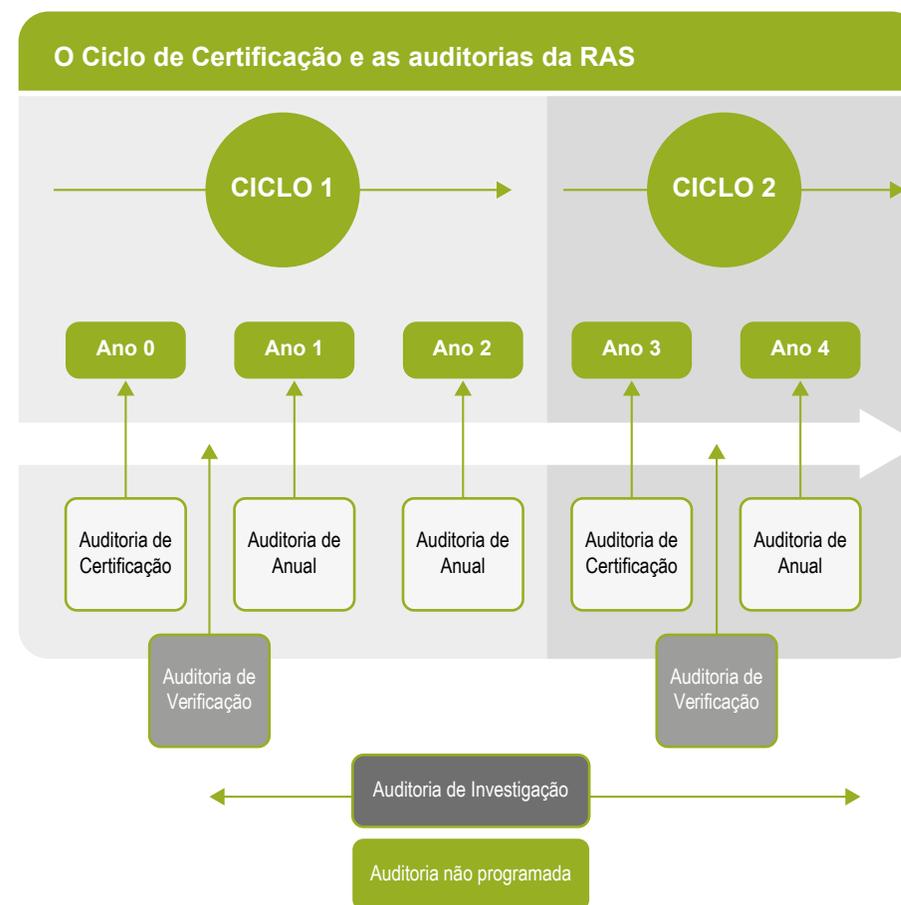
O auditor trainee inicia sua responsabilidade, na condução da auditoria, pela avaliação de alguns critérios, sempre sob a supervisão e o apoio do auditor líder. Também participa da elaboração do relatório, como responsável pela descrição da parte que avaliou. O período de treinamento depende da análise positiva do candidato, a cargo do respectivo tutor.

Ao final desse período, o candidato já pode exercer a função de auditor de apoio nos temas em que está qualificado. Terá, como responsabilidade, auxiliar o auditor líder em tarefas específicas. Inicia suas atividades em casos menos complexos e seu trabalho será monitorado pelo tutor e por coordenadores de certificação, que revisarão os relatórios. Ao auditor líder, cabe ter conhecimento estruturado de todos os aspectos da norma. Durante o processo de auditoria, ele representa a equipe na comunicação com o empreendimento, monitora a participação de todos os membros do seu grupo, ajusta o plano de auditoria – caso necessário – prepara e complementa a ferramenta de qualificação, assegurando a realização adequada da auditoria. Depois é o responsável por preparar a redação técnica do relatório.

Para manter esses profissionais sempre atualizados, o Imafloira promove oficinas, de modo a incentivar o debate sobre as estratégias da instituição e sobre a forma de conduzir os trabalhos de avaliação das propriedades durante os processos de auditoria. Desde 2006, onze workshops foram realizados, quando se discutiram temas relacionados às questões sociais e trabalhistas, de saúde e segurança, ambientais, agrônômicas, de sistemas de gestão, interpretação e cumprimento da legislação, atualiza-

ções sobre as normas e as políticas da RAS que permeiam as ações no campo.

Tais encontros técnicos funcionam como meio de discussão para atingir parâmetros comuns de avaliação durante as auditorias. Os nivelamentos são revisados pelos coordenadores de certificação socioambiental e aprovados pela gerência. A ideia é que, a cada workshop, novos critérios sejam discutidos e sua interpretação seja nivelada.



## **Auditorias não programadas: mais um passo para a qualidade da certificação**

As auditorias não programadas podem ser aplicadas anualmente a qualquer empreendimento certificado pela RAS. Seu objetivo é supervisionar o cumprimento das normas da RAS em uma amostra de empreendimentos, a fim de aumentar as garantias do sistema. A amostra – e a forma de selecionar os empreendimentos – devem estar baseadas em uma análise de riscos, de acordo com os critérios estabelecidos pelo organismo de certificação. Ele pode, ou não, notificar o empreendimento que receberá uma auditoria não programada. Essa comunicação, contudo, deve ser feita em um prazo nunca superior a dois dias úteis. Informações complementares também podem ser solicitadas ao empreendimento auditado para exame no escritório dos auditores. O resultado de uma auditoria não programada pode manter, ou cancelar, um certificado e os seus custos são cobertos pelo organismo de certificação.

As visitas aos empreendimentos acontecem, preferencialmente, em períodos não auditados nos últimos anos. Assim, é possível presenciar situações diferentes das encontradas nas auditorias regulares. Em uma auditoria não programada, é desnecessário verificar todos os critérios da norma. O foco está apenas na avaliação dos critérios relevantes ao período auditado e ao histórico do empreendimento.

Entre 2009 e 2013, 16 empreendimentos certificados foram visitados em auditorias não programadas. Frequentemente, foram encontradas situações que resultaram em novas não conformidades e a diminuição da nota das fazendas certificadas. Em mais de um caso, a consequência foi o cancelamento do certificado por desempenho abaixo do mínimo exigido pelo sistema da RAS. Em uma situação agradavelmente excepcional, uma fa-

zenda concluiu a auditoria com um desempenho superior ao de uma auditoria rotineira. Na maior parte dos anos, ao final de cada período de auditorias não programadas, o Imaflora publicou em espaços públicos e distribuiu para os empreendimentos certificados o balanço geral e a análise do resultado encontrado no campo, com recomendações sobre os pontos de atenção e melhorias para uma gestão constante e consistente das fazendas certificadas.

## **A ESTRUTURA DA EQUIPE DE CERTIFICAÇÃO**

O trabalho de certificação do Imaflora tem supervisão da sua Secretaria Executiva, mas é realizado por uma equipe própria, com diversos profissionais que cobrem as várias etapas do processo de certificação. Embora as áreas de certificação florestal e agrícola tenham equipes distintas – já que seguem sistemas diferentes e atuam com setores particulares – a instituição procura integrar, ao máximo, os trabalhos.

Além de um gerente, a equipe agrícola conta com um grupo de técnicos que coordenam os casos de certificação do início ao fim. Em geral, são auditores líderes e participam das atividades de escritório e de campo. São homens e mulheres com nível superior – incluindo mestres e doutores – que também dedicam grande parte de seu tempo a fazer revisões e a fornecer subsídios, a fim de aprimorar as normas e as políticas da RAS. O Imaflora também dispõe de um profissional dedicado exclusivamente à análise consistente de temas sociais, no que diz respeito às normas de certificação e à sua aplicação.

O trabalho de auditorias de campo é realizado por um grupo de auditores líderes e de apoio, com diversas formações: engenheiros agrônomos e florestais, gestores ambientais, biólogos e sociólogos. São equipes internas e externas que recebem treinamento contínuo. Apoia os técnicos coordenadores uma equipe administrativa, responsável pela elaboração de contratos, pela programação e pela logística de atividades de campo, pela emissão e pelo controle de certificados, entre outras tarefas. Há também uma área de Qualidade, formada por um comitê interno. Sua responsabilidade é garantir a padronização de políticas, dos procedimentos e dos controles sobre os processos de trabalho; fazer auditorias internas e zelar pelo credenciamento e pela manutenção da condição de certificador, além de encaminhar e de investigar denúncias e reclamações. Como complemento, existe uma área administrativo-financeira, responsável por pagamentos, cobranças e relatórios financeiros, além de uma área de comunicação.

## COMUNICAÇÃO: ATENÇÃO REDOBRADA COM OS DIVERSOS PÚBLICOS

A comunicação e a transparência são áreas preciosas para o Imaflora. A instituição faz questão de disponibilizar o máximo de informações para os públicos interessados na certificação socioambiental agrícola ou na sua forma de atuação. Isso porque parte do princípio de que a certificação socioambiental agrícola constitui um trabalho de interesse público e que os certificadores devem prestar contas desse trabalho para a sociedade. Estes são os canais de comunicação, disponibilizados publicamente pelo Imaflora:

Site [www.imaflora.org](http://www.imaflora.org) – Traz informações institucionais e de cada área de atuação, incluindo a certificação socioambiental agrícola e os seus documentos de trabalho;

Blog – Um espaço para a publicação de artigos estratégicos e técnicos, elaborados pela equipe interna, por auditores e outros profissionais. Todos os nossos públicos estão convidados a utilizar esse espaço para publicar textos técnicos, ou de opinião, para sistematizar experiências, para relatar casos inovadores ocorridos no campo e para fomentar o debate público;

Redes sociais – Instrumentos poderosos para a interação virtual com os públicos da instituição, além de disponibilizar atualizações sobre temas com os quais atua e disseminar materiais publicados no site e no blog;

Contatos para reclamações e denúncias – Podem ser feitos via site, correio eletrônico, telefone, fax ou visitas presenciais;

Relatórios anuais institucionais – Ficam disponíveis anualmente no site do Imaflora, com uma apresentação institucional, principais atividades e resultados, indicadores internos e externos, relatórios financeiros e balanço contábil auditado;

Resumos públicos de certificação – Cada empreendimento certificado tem dados gerais e o resumo público do relatório da sua última auditoria disponibilizados em uma parte do site do Imaflora, onde estão tanto a certificação FSC, como a RAS. Essa prática inovadora e pioneira do Imaflora passou a ser regra oficial desses dois sistemas;

Comunicação direta – Feita com empreendimentos certificados e partes interessadas, é realizada virtual ou presencialmente.

Além desses instrumentos, o Imaflora também dispõe de uma assessoria de imprensa interna, para disseminar os resultados de todos os trabalhos realizados, incluindo matérias sobre os empreendimentos certificados.

“

*“O programa de certificação do Imaflora tem a importância de colaborar para o controle social, no sentido de inibir o descumprimento das leis e a precarização do trabalho. No entanto é fundamental cobrar, do Estado, que desempenhe seu papel nesse processo. Talvez o limite da norma esteja no fato de que o controle social não deve substituir o Estado. Ao desenvolver as auditorias, o Imaflora procura dialogar com a sociedade civil, com os poderes públicos e com os principais atores sociais envolvidos no problema em questão. Isso pode cooperar para que as instituições cumpram, mais adequadamente, o seu papel. É importante ressaltar que a certificação pode ser um instrumento de controle social da precarização do trabalho e do descumprimento das leis, mas deve também contribuir para reforçar o papel do poder público e do Estado. Já tive a oportunidade de trabalhar com o Imaflora, acompanhei auditorias e quero registrar que a instituição tem uma posição ética muito louvável e rigorosa. A equipe é extremamente profissional e enfrenta, com diplomacia, situações de tensão e conflito, fazendo seu trabalho com competência.”*

**Rosemeire Scopinho, professora da Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR.**

”



## CAPÍTULO 4

### EQUIDADE: A HORA E A VEZ DOS PEQUENOS PRODUTORES

O Imaflora atua com programas que reafirmam a crença na necessidade dos recursos naturais para proporcionar meios de vida sustentáveis aos agricultores e à sociedade em geral. Por isso, as atividades produtivas precisam atingir sua viabilidade econômica, sem causar prejuízos às pessoas e aos ecossistemas. Devem, também, gerar benefícios sociais aos diferentes grupos de produtores rurais, sejam eles pequenos, sejam médios, sejam grandes, garantindo a conservação ambiental. Nesse sentido, a certificação socioambiental agrícola constitui instrumento para fortalecer e qualificar a agricultura familiar e de pequenos e médios produtores.

A certificação pode exigir investimentos, organização formal e capacidades que são mais acessíveis a produtores capitalizados, com condições financeiras para investir em auditorias e no manejo devidamente adequado aos padrões de exigência

social e ambiental. Entretanto não pode ficar restrita a esse grupo, estendendo seus benefícios e ganhos aos demais, pequenos e médios produtores, disseminando boas práticas e agregando valor à sua produção. Os benefícios da certificação podem proporcionar o fortalecimento desse público, ao aprimorar a gestão do negócio, a adequação gradativa à legislação ambiental e trabalhista e também as práticas de manejo e de conservação dos recursos naturais.

Possibilitar o acesso de pequenos produtores, comunidades e agricultores familiares à certificação tem sido um desafio para o Imaflora. A instituição tem, por regra, que nenhum empreendimento familiar ou comunitário com interesse e potencial para beneficiar-se da certificação deva ser excluído, por limitações financeiras, da possibilidade de certificar-se. Para tanto, alguns mecanismos e ações foram criados com o intuito de viabilizar esse princípio, parte deles tratada no próximo capítulo. Uma delas é o Fundo Social, cuja função é reduzir, ou até eliminar, barreiras financeiras ao acesso à certificação. Composto a partir de uma reserva de 5% do valor dos custos de auditorias dos empreendimentos empresariais, o Fundo Social é usado, prioritariamente, para subsidiar, parcial ou até integralmente (em casos excepcionais), os custos de auditoria para empreendimentos comunitários ou familiares. O fundo também pode ser investido em treinamentos, eventos e estudos estratégicos e em outras atividades voltadas para esse público.

Além de projetos florestais comunitários, com o Fundo Social, o Imaflora subsidiou custos de auditorias e certificou: uma cooperativa de pequenos produtores de cacau no sul da Bahia, chamada Cooperativa dos Pequenos Produtores e Produtoras Agroecologistas do Sul da Bahia (Coopasb), em 2003; uma associação de produtores de banana do Vale do Ribeira, em São Paulo, (a Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Guapi-

ruvu-Agua), em 2004, e um grupo de produtores familiares na Amazônia, pertencentes ao projeto Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (Reca), para uma vasta diversidade de produtos oriundos de frutos típicos da região, como cupuaçu, açaí, castanha, pupunha, café e cacau, em Sistemas Agroflorestais (SAF), em 2006.

Os três primeiros casos de pequenos produtores beneficiados apontaram que a certificação RAS pode funcionar como importante instrumento de mudança de práticas na agricultura familiar. No projeto Reca, para receber o selo, os produtores uniram-se, organizando sua própria assistência técnica dentro da associação. Também se capacitaram em diversos temas, principalmente, os relacionados à segurança, à saúde e à gestão de seu negócio. Em suas propriedades, preservaram os remanescentes de floresta em período de pressão para o desmatamento, promoveram mudanças estruturais e protegeram-se de riscos trabalhistas específicos das atividades rotineiras de sistemas agroflorestais, como a coleta de castanha e açaí, usando equipamentos de proteção, medidas infelizmente nada usuais na região.

Todavia a longevidade da certificação seguiu outros rumos, nesses casos. Atualmente, mesmo com os incentivos do Fundo Social e da assistência técnica oferecida por projetos do Imaflora, os grupos de trabalhadores da Copasb, Agua e Reca – que muito ensinaram sobre a certificação de pequenos produtores – não mais estão certificados. A dificuldade de conquistar oportunidades comerciais para seus produtos superou muitos dos esforços, confirmando a certificação como um instrumento de mudanças atrelado ao mercado. Na maioria das vezes, o mercado reconhece apenas um produto – geralmente uma commodity – em oposição a uma cesta de produtos de um projeto de agricultura familiar. Em outras situações, os grupos certificados não conseguiram atender às exigências das empresas que compra-

vam seus produtos certificados e vice-versa. Também aconteceu de haver dupla certificação (quando um projeto tem mais de um tipo de certificado, comum no meio empresarial) e de o empreendimento ter optado por manter somente uma, para diminuir a complexidade e os custos.

Os primeiros casos de pequenos produtores confirmaram que a certificação em grupo se tornaria a principal forma de inserção desse público. O primeiro grupo de pequenos e médios produtores de café a receber a certificação foi a Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo (Amoca). Seu modelo de gestão foi reproduzido por diversas cooperativas de cafeicultores na região do Cerrado mineiro.

Um ano mais tarde, quatro empresas argentinas, que forneciam chá para a Unilever, também tiveram grupos de produtores certificados. A maioria deles são agricultores familiares e pequenos, porém trabalham sob novo modelo. As empresas privadas que, anteriormente, eram apenas compradoras de chá tornaram-se administradoras de grupos de produtores certificados, criando um novo relacionamento com seus fornecedores. Tiveram de capacitar-se e estruturar seu corpo técnico para visitar os produtores com frequência, oferecendo assistência e treinamento sobre produção de chá, gestão das propriedades, conservação de ecossistemas e até mesmo cuidados com a saúde dos agricultores e de seus familiares. Essa mudança salutar de comportamento levou as empresas concorrentes de chá a unirem-se em torno de soluções sustentáveis. Além de um novo relacionamento com seus fornecedores, surgiu um novo arranjo e nova comunicação entre as empresas do setor. O resultado foi uma parceria entre as empresas certificadas e o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (Inta) para incentivar técnicas de manejo menos dependentes de insumos. Também se criaram comitês de microbacias hidrográficas, em que as mesmas empre-

sas participam ativamente de ações colaborativas com escolas, centros de saúde e unidades de conservação locais.

Nos dias atuais, a certificação na Argentina inclui, pelo menos, 430 produtores de chá, com o crescimento de aproximadamente 5% ao ano em número de agricultores. Mais recentemente, a ONG Solidariedad tem conscientizado as famílias de produtores a substituir a forma de trabalhar por técnicas mais sustentáveis. Os resultados mostram o crescimento no interesse local pela certificação. Aproximadamente 60% dos produtores certificados na Argentina vivem na propriedade e têm menos de 20 hectares manejados por mão de obra majoritariamente familiar.

No caso da Argentina, o sucesso da agricultura familiar está diretamente ligado ao engajamento das empresas e, principalmente, ao perfil do cultivo de chá para exportação. Lá, prevalece a agricultura familiar, concentrada em uma pequena região do país. No Brasil, entretanto, a cafeicultura está amplamente distribuída, com produtores de todas as escalas. Cooperativas, associações e exportadores têm oferecido as mesmas oportunidades a propriedades de todos os tamanhos. Mas os pequenos agricultores ainda enfrentam dificuldades em adequar-se às exigentes leis nacionais e regionais para cumprir as regras da certificação.

Na cafeicultura brasileira, a certificação em grupo tem sido a porta de entrada de pequenos e médios produtores à certificação, incluindo a participação de produtores familiares. O mesmo arranjo parece ser o modelo para outras culturas, onde há produção de commodities, ou de produtos com clara demanda por certificação. O sucesso dessa modalidade é motivado pelo crescente mercado externo e por compradores como a Nespresso, empresa que incentiva, ativamente, as exportadoras que lhe

fornece café a organizar grupos de produtores para a certificação e investe diretamente para que isso aconteça. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) foi outro importante ator a incrementar a certificação no estado de Minas Gerais, nos últimos cinco anos. A instituição capacitou produtores do programa Educampo e subsidiou os custos de auditorias e de consultorias a diversos grupos de agricultores.

A mudança no perfil do produtor de café foi acentuada ao longo do processo evolutivo da certificação e serve, como aprendizado, para os demais setores. O tamanho médio das primeiras fazendas certificadas (nos primeiros três anos, entre 2003 e 2005) era de 3.000 hectares. Já as novas fazendas, certificadas em 2006, tinham 1.000 hectares. As propriedades dos primeiros grupos certificados tinham, em média, 200 hectares, enquanto, hoje, há grupos com unidades de produção com área total de 15 hectares.

Assim, em 2011, havia 55 fazendas de café certificadas individualmente, que ocupavam 96.500 ha, com área média de 1.755 ha. A menor tinha 128 ha e a maior, 14.000 ha. A maior parte das fazendas (73%) é considerada grande pela legislação brasileira (maior que 450 ha ou 15 módulos fiscais) e 27%, médias (entre 120 e 450 ha). Por outro lado, no mesmo ano, havia 144 fazendas de café certificadas em 11 grupos, que ocupavam um total de 34.370 ha, com área média de 235 ha por fazenda. A menor tem 3,80 ha e a maior, 2.773 ha, organizadas em grupos que variam de quatro a até 45 membros.

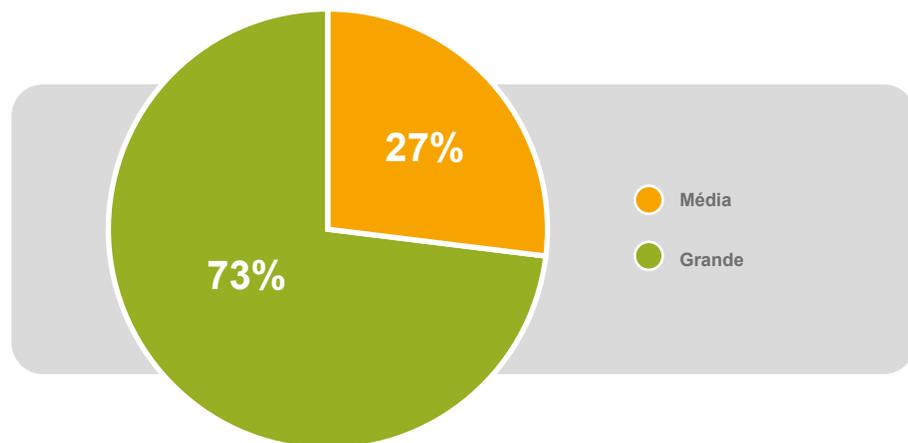
A certificação em grupo tem mais da metade dos produtores em minifúndios (de até um módulo fiscal), ou em pequenas fazendas (com até 120 ha), enquanto 35%, em médias e 15%, em grandes fazendas.

A inclusão dos pequenos e dos médios produtores de café acontece de maneiras diferentes em cada grupo, dada a grande diversidade entre os grupos certificados e dentro de cada grupo. Os grupos são organizados por cooperativas, traders de café ou, até mesmo, por produtores que se unem de forma independente. Cada grupo tem uma composição distinta, mas todos possuem pequenos ou médios produtores, que, dificilmente, teriam acesso, sozinhos, à certificação.

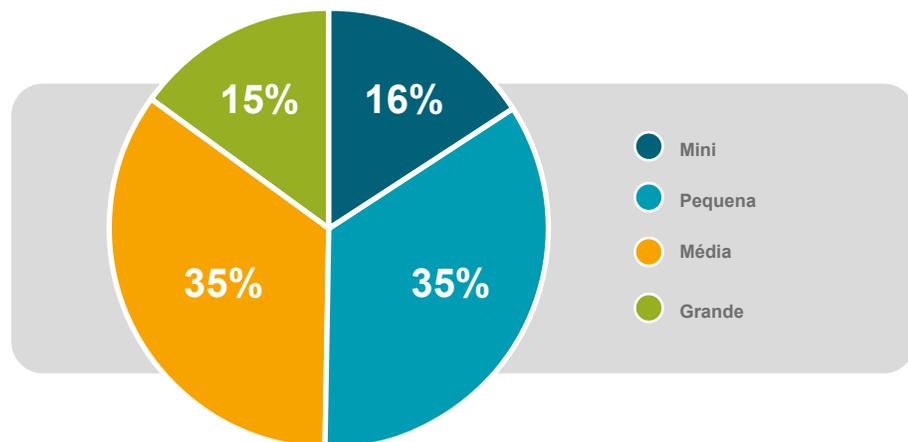
**Evolução da área certificada de café no Brasil (2005 - 2012) - em hectares**



**Distribuição do tamanho de fazendas de café certificadas individualmente em 2011**



**Distribuição do tamanho de fazendas de café certificadas em grupo em 2011**



**Características dos grupos de café certificados em 2011**

Administrador do grupo	Número de membros	Área total do grupo (ha)	Área média do produtor do grupo - desvio padrão (ha)	Presença de pequeno produtor	Presença de médio produtor	Presença de grande produtor
Cooperativa	5	940,11	188,02 (152,41)	SIM	SIM	NÃO
	6	549,62	91,60 (58,47)	SIM	SIM	NÃO
	4	242,53	60,63 (51,76)	SIM	SIM	NÃO
	9	4845,76	538,42 (848,95)	SIM	SIM	SIM
	35	7848,44	224,24 (303,82)	SIM	SIM	SIM
	10	2092,18	209,22 (140,94)	SIM	SIM	NÃO
	11	2459,77	223,62 (229,91)	SIM	SIM	SIM
	11	3328,58	302,60 (423,84)	SIM	SIM	SIM
Trader	45	7048,86	156,64 (241,56)	SIM	SIM	SIM
Produtores independentes	4	4643,49	1160,87 (538,35)	NÃO	SIM	SIM
	4	1036,68	259,17 (151,33)	NÃO	SIM	NAO

As experiências acumuladas até o momento sinalizam algumas lições que se devem considerar para ampliar a participação de pequenos e de médios produtores em sistemas de certificação:

- É necessária a organização em grupos para criar a capacidade de adequar-se às normas de certificação e de ter escala para os investimentos de adequação e para os custos de auditorias;
- Nos anos iniciais, podem fazer-se necessários investimentos externos de recursos humanos e tecnológicos para implantar a organização e as mudanças necessárias e para pagar os custos da certificação;
- É importante haver uma cultura agrícola, ou produto, principal, que propicie oportunidades concretas de mercado e benefícios econômicos com a certificação;
- A união com médios e grandes produtores, ou com outros elos da cadeia (como traders, indústrias de processamento ou compradores finais), pode funcionar como mola propulsora para a entrada na certificação. Mas espera-se que, em etapas posteriores, produtores médios, pequenos ou familiares se possam organizar autonomamente para conquistar a certificação.



*“No final de 2007, tive as primeiras notícias de uma normativa chamada Rainforest Alliance; meus chefes deixaram um folheto na minha mesa, dizendo: ‘Temos de adaptar as fábricas para certificá-las com esta norma!’*

*Poucas coisas mencionaram, entre elas, que havia o requisito de grandes empresas compradoras de chá que precisavam, por uma questão de mercado, comprar o produto que tivesse o ‘selo da rãzinha’. A partir desse momento, começamos um caminho que continua até agora e que vai seguir em frente.*

*Devo confessar que, a princípio, tomava a Norma RAS como um conjunto de requisitos que havia de cumprir para deixar alguém, que não se sabia bem quem era, satisfeito; com o tempo, contudo, essa sensação se foi transformando até converter-se em uma boa filosofia de trabalho com os produtores e com os empresários da indústria do chá. Atualmente, existem, em Misiones (Argentina), mais de 9.000 hectares de chá certificado RAS, de um total de 45 mil hectares do cultivo.*

*Produtores missioneros têm uma grande tendência de ‘copiar’ o que os outros fazem, algumas vezes, as coisas boas e, em outras, as ruins; por isso é importante continuar seguindo esse caminho (o da certificação de fazendas), até que cheguemos a uma ‘massa crítica’ de hectares certificados, de modo que se produza um efeito alavanca, que alcance 100% dos produtores ou percentual próximo a esse.*

*Em 2007, quando recém-começamos, falar, com os produtores de chá, sobre proteção dos cursos d’água, recuperação de*

*ecossistemas degradados, barreiras vegetais, manejo do solo, disposição adequada de resíduos, educação ambiental e vários outros temas era quase uma missão sem sentido, pois, simplesmente, não entendiam do que estávamos falando. Levou muito tempo, no entanto pode-se fazer uma gestão da mudança, não somente com os produtores, mas também com os industriais do chá. Atualmente, restam muito poucos produtores que não lidam com os termos apresentados acima, o que não quer dizer, por enquanto, que os implementem.*

*Justamente é essa a parte é que devemos trabalhar mais: já capacitamos os produtores, agora falta motivá-los (falar-lhes ao coração) a que adotem as boas práticas agrícolas, ambientais e sociais, propostas pela Norma RAS.”*

**Jose Moreira – consultor atuando na região de Misiones-Argentina**



## AS MULHERES NA AGRICULTURA E A CERTIFICAÇÃO\*

Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) tem destacado a importância das mulheres para se alcançar a sustentabilidade na agropecuária. O relatório Food and Agriculture: The future of sustainability, lançado no mês de junho pela Divisão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, concluiu, entre diversas outras questões, que as mulheres agricultoras deveriam ser a prioridade para investimentos na agropecuária mundial.

No ano passado, o relatório anual do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tratou da equidade e desenvolvimento sustentável e também destacou o papel fundamental das mulheres para as mudanças no campo rumo ao paradigma da sustentabilidade.

Mas a equidade de gênero no campo ainda está aquém do desejável. Recentemente, uma equipe do Imaflora encontrou uma situação preocupante durante uma auditoria de certificação agrícola do sistema da Rede de Agricultura Sustentável/Rainforest Alliance Certified. Tratava-se de uma fazenda no centro-sul do País, considerada uma das regiões em que se pratica uma agricultura moderna e há um nível elevado de governança. Pois a nossa equipe identificou que trabalhadoras e trabalhadores rurais contratados para a mesma função recebiam salários diferentes. Óbvio e infelizmente, as mulheres recebiam menos que os homens.

Os administradores da fazenda conheciam a situação e tentaram justificá-la. Os auditores procuraram o dono do empreendimento, que desconhecia o fato e ficou surpreso e constrangido com as evidências mostradas. Para o processo de certificação deste sistema, a situação impede a aprovação da fazenda, pois as normas de auditoria possuem um critério que trata da discriminação de trabalhadores, seja por gênero, etnia, raça, idade, religião. Este critério é crítico, isto é, a fazenda não pode ser certificada se ele não for cumprido integralmente.

Os critérios não críticos podem ser melhorados progressivamente, desde que o desempenho geral da fazenda frente às normas seja de 80%. Logo, a situação terá de ser resolvida imediatamente, para que o empreendimento conquiste a certificação. Este é um exemplo do tipo de impacto da certificação para as mulheres, mas há outras questões de gênero a serem consideradas em sistemas de certificação. Por exemplo, esta situação foi encontrada por uma equipe de au-

dutores composta por um homem e uma mulher. Em geral, as auditoras têm mais sensibilidade para identificar e investigar este tipo de situação. A Rede de Agricultura Sustentável está para aprovar uma política de treinamento de auditores que determina que organismos de certificação devem ter mulheres em seus quadros de auditores. Isto deve garantir que as trabalhadoras ou mulheres de trabalhadores ou de comunidades impactadas por empreendimentos certificados possam participar da auditoria. Frequentemente, as mulheres não ficam à vontade para se comunicar com auditores homens.

A experiência do Imaflora de ter mulheres auditoras frequentemente em nossas equipes também tem nos mostrado um outro impacto positivo na relação entre homens e mulheres. Em diversas situações, as mulheres (geralmente jovens) atuam como líderes de auditoria. Nesta condição, além de liderar os auditores homens, elas são o contato da certificadora com o responsável pela fazenda, seja o administrador, dono ou diretor da empresa. Muito comumente é um homem (mais velho), acostumado a se relacionar com homens, num meio tradicionalmente machista e onde as mulheres não fazem parte da tomada de decisão.

O empoderamento das mulheres nos processos de auditoria tem causado o crescimento profissional e pessoal dessas pessoas. Do outro lado, o mundo rural masculino passa a ter de reconhecer a autoridade de um ator social que não costuma tratar como igual: a mulher.

Portanto, as normas e políticas dos sistemas de certificação devem incorporar a dimensão de equidade, e explicitamente de gênero. De maneira geral, estes ainda são tratados de forma superficial, mas os exemplos demonstram que pequenas coisas já fazem diferença. E precisamos de estudos medindo os efeitos da certificação sobre as mulheres e minorias, para poder melhorar os sistemas.

Para aprofundar o nosso entendimento sobre o assunto, em 2010 coordenamos uma avaliação do impacto da certificação para mulheres. O estudo foi feito de maneira independente pela organização não governamental Rede Mulher, em fazendas de cacau no sul da Bahia. Embora tenha sido uma avaliação pontual e pouco profunda, foi possível identificar algumas tendências sobre o efeito da certificação nas mulheres trabalhadoras rurais e residentes de fazendas certificadas.

O estudo apontou que apesar de não ter havido maior empoderamento para as mulheres dentro da cadeia produtiva do cacau, foram percebidas melhorias relacionadas ao acesso à água encanada, à saúde, possibilidades de estudo e acesso à informação. Ainda, de acordo com o estudo, não foram apenas as mulheres

que ganharam com a certificação, mas homens e crianças também são beneficiados com as melhorias causadas pela implementação das normas de certificação, por terem melhores condições de segurança no trabalho e de saúde para todos.

Estas conclusões preliminares precisam ser testadas de maneira mais abrangente em outras regiões, cadeias produtivas e contextos socioeconômicos para alimentar a revisão das normas e políticas de sistemas de certificação, para que mudanças em direção à equidade (não somente, mas inclusive a de gênero) sejam alcançadas no campo.

**\*Artigo de Luís Fernando Guedes Pinto publicado no Portal Terra Sustentabilidade em julho de 2012.**



## CAPÍTULO 5

### MERCADO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: UNINDO AS PONTAS DA CADEIA PRODUTIVA

Os casos pioneiros de certificação de cada setor em que o Imaflora atua foram particulares. Eles dependeram muito do empreendedorismo de empresários e de produtores, que se comprometeram com a sustentabilidade e a inovação e anteciparam oportunidades comerciais, como o acesso a novos mercados ou o lançamento de novos produtos, ou marcas. Todavia o passo seguinte, para alcançar uma mudança de escala, de modo que a certificação seja entendida e colocada em prática por um determinado segmento de mercado, constitui um grande desafio. As principais barreiras para superar essa, que parece ser a “fase da novidade”, são:

- A falta de informação e de conhecimento da cadeia produtiva — produtores, processadores, consumidores corporativos e individuais — sobre a certificação e os potenciais benefícios econômicos e socioambientais que

ela pode trazer a seus negócios;

- O limitado acesso dos produtores à assistência técnica especializada que os ajude na implementação, no campo, das normas de certificação;
- A ausência de incentivos econômicos concretos para que os produtores adotem a certificação;
- A falta de conexão entre a demanda e a oferta de produtos certificados, isto é, entre produtores e compradores, ao longo das cadeias produtivas;
- A baixa capacidade de médios e de pequenos produtores — mesmo cooperados — para implementar boas práticas de produção e para fazer a adequação socioambiental de seus empreendimentos;
- A necessidade de investimentos de longo prazo por parte dos produtores e de toda a cadeia, até chegar ao consumidor.

Em geral, os pioneiros na conquista da certificação criaram demanda para seus produtos. Eles usam a certificação para obter oportunidades, novos mercados, melhores preços. A oferta cria essa demanda: depois da fase dos pioneiros, os compradores manifestam interesse em adquirir e oferecer produtos certificados aos seus clientes, mas aguardam a “entrega”, ou seja, a oferta dos produtos pelos agricultores.

Do outro lado, os produtores alegam que somente se certificarão quando houver uma clara demanda pelo produto, ou outros incentivos econômicos que justifiquem os investimentos. Quebrar essa fase requer a coordenação da cadeia produtiva e o

equilíbrio entre a oferta e a demanda de produtos certificados no curto e no longo prazo. Quando essa roda começa a girar, é comum os compradores procurarem empreendimentos que podem oferecer produtos certificados. Assim, a demanda corre atrás da oferta. Claro que, para cada cadeia, há uma forma adequada, mas, em resumo, é esse o processo de equilíbrio entre a oferta e a demanda, ou entre o ovo e a galinha. De todo modo, a engrenagem do mecanismo de mercado da certificação não começa a girar sozinha. É necessário conectar as pontas, tarefa que requer estratégia, investimentos e diversas habilidades institucionais por parte de quem promove o sistema.

**Evolução da porcentagem global de produção certificada de algumas commodities, somando vários sistemas de certificação**

Commodity	2008	2012
Café	9%	38%
Cacau	3%	22%
Óleo de palma	2%	15%
Chá	6%	12%
Algodão	1%	3%
Banana	2%	3%
Açúcar	<1%	3%
Soja	2%	2%

**Comparação entre produção e venda global de produtos certificados de algumas commodities, somando vários sistemas de certificação**

Commodity	Produção 2012	Vendas 2012
Café	40%	12%
Cacau	22%	7%
Óleo de palma	15%	8%
Chá	12%	4%
Algodão	3%	2%
Banana	3%	3%
Açúcar	3%	<1%
Soja	2%	1%

Fonte: *The State of Sustainability Initiatives Review 2014. Standards and the green economy.*

Ao longo dos anos, o Imaflora acumulou experiência em certificação socioambiental, colecionando muitos resultados positivos e alguns fracassos. Com isso, obteve um salto de qualidade, desde os casos pioneiros até a certificação em maior escala, para gerar impactos em setores como os do café, do chá, da laranja e da pecuária. Para promover, no mercado, o conceito da certificação, fez-se necessário conhecer, a fundo, os públicos envolvidos e cada elo de cada uma das cadeias de produção. Também foi fundamental aproximar e conectar produtores e compradores para instigar uma ligação direta entre a demanda e a oferta, com o propósito de incrementar o interesse pelos produtos certificados.

No intuito de atingir esse objetivo, o Imaflora promoveu inúmeros fóruns de negócios, reunindo todas as partes interessadas das cadeias produtivas, nos quais apresentou detalhes da certificação, os casos pioneiros, os sucessos e as lições. Também patrocinou a Feira Brasil Certificado, evento cuja missão é promover o conceito da certificação para um público mais amplo, mostrando os casos concretos e fomentando negócios. As atividades do Imaflora incluem a participação ativa em feiras e em eventos setoriais — como os de negócios de café, de cacau e pecuários —, difundindo o conceito da certificação, além de provas e de concursos de café. Tais eventos mostram as qualidades dos produtos certificados, promovem o conceito de sustentabilidade e dão, aos produtores, visibilidade no Brasil e em outros países.

Visitas de campo também foram fundamentais para propagar as vantagens da certificação. Nelas, o Imaflora leva compradores — em especial, os internacionais — para conhecer as fazendas certificadas, entender como funciona a certificação e perceber-lhe os resultados no campo. O comprador, também, recebe a oportunidade de trocar informações valiosas com o produtor.



*“No AAA Sustainable Quality™ Program — criado em parceria com a Rainforest Alliance —, implementam-se práticas de qualidade, que visam à expansão da sustentabilidade e da produtividade. Esses são os três pilares que garantem o futuro dos nossos cafés, dos produtores e das comunidades envolvidas. Incentivamos a certificação para que as fazendas de café se tornem ainda mais eficientes. Dentro desse processo de melhoria contínua, transpõem-se hábitos, barreiras, paradigmas e realidades. A cafeicultura moderna não admite erros, e o futuro da atividade depende do manejo eficaz da fazenda. O Programa AAA e a certificação Rainforest Alliance acompanham o produtor de café nessa jornada”.*

**Guilherme Amado, Green Coffee Project Manager, Nespresso Brasil.**

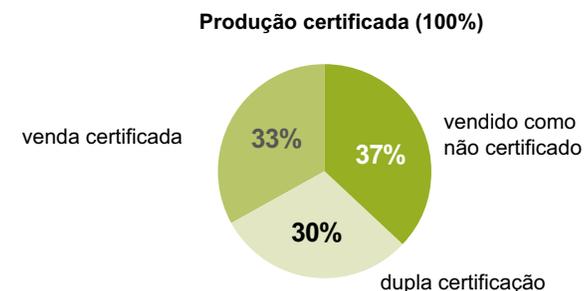


Todo esse trabalho afina-se às tendências internacionais dos mercados. Também se articula com a estratégia e as ações da Rainforest Alliance em relação a empresas e a compradores ao longo das cadeias produtivas, principalmente do café, do cacau e do chá. Mais recentemente, incorporaram-se as cadeias da carne, do couro e do suco de laranja. Na última década, a certificação de alguns produtos saltou da restrição de nichos para a condição de grande escala, principalmente em função do compromisso, assumido por grandes empresas alimentícias, de comprar matéria-prima certificada. Percebe-se que há diferentes razões para o estabelecimento desses compromissos pelas empresas; elas variam muito: diferenciar seus produtos e aumentar a competitividade de seus negócios; valorizar a marca e a reputação da empresa; fomentar a sustentabilidade na produção e nas suas cadeias produtivas; estabelecer uma relação de longo prazo com fornecedores e fomentar a produtividade destes, em cenário de escassez de oferta de algumas commodities e minimizar o risco para a produção, causado pelas mudanças climáticas, ou por serviços ecossistêmicos que afetam a produção.

Produção e projeções de cacau certificado em três sistemas de certificação

	2009	2011	2015	2020
	13 Kt	98 Kt	450 Kt	900 Kt
	5 Kt	214 Kt	400 Kt	800 Kt
	65 Kt	162 Kt	265 Kt	535 Kt
<b>Total</b>	<b>84 Kt</b>	<b>474 Kt</b>	<b>1,115 Kt</b>	<b>2,235 Kt</b>

Destino do cacau certificado em 2011



Fonte: Cocoa Barometer 2012

### Traders e Moageiras - Compra de cacau certificado

		2011	2015
	8%	600.000 T	25%
	11%	62.000 560.000 T	% ?
	10%	53.000 537.811 T	% ?
	10%	45.000 450.000 T	% ?
	1%	5.000 400.000 T	25%
	10%	26.000 252.000 T	35%
	12%	29.000 235.000 T	19%
	15%	29.500 200.000 T	% ?

Fonte: Cocoa Barometer 2012

### Indústrias de chocolate - Compra de cacau certificado

		2011	2015	2020
	8%	8% 400.000 / 35.000	11%?	%
	1%	1% 400.000 / 5.500	23%?	%
	8%	8% 390.000 / 30.000	46%1	00%
	?%	?% 200.000 / ?	?%	100%
	3%	3% 120.000 / 3.500	40%1	00%

Fonte: Cocoa Barometer 2012

Vale destacar que, embora os compromissos internacionais constituam o grande motor do incremento de escala na certificação no campo, eles ainda se restringem às matrizes das empresas, assim como aos produtos oferecidos apenas nos mercados mais exigentes, principalmente os de alguns países da Europa. Portanto produtos e marcas de muitas das empresas com artigos certificados nesses países são, paradoxalmente, elaborados com matérias-primas desconhecidas e não certificadas nos mercados de grandes países em desenvolvimento, como o Brasil. Assim, grandes empresas de alimentos, de fast-foods e de varejo, que oferecem produtos com matéria-prima certificada na Europa e na América do Norte, ainda não o fazem no Brasil, ou o fazem de forma ainda incipiente. A implementação desses compromissos em nosso país — com o fomento da certificação para um grupo muito mais amplo de empreendedores — e a oferta dos produtos para o cidadão brasileiro podem causar uma importante mudança de desempenho socioambiental no campo e também de comportamento dos consumidores. Essa mudança vai acontecer, principalmente, devido a essas empresas divulgarem a certificação, com o intuito de comunicar, à sociedade, as medidas de sustentabilidade adotadas em suas cadeias produtivas. Tal postura das corporações tem funcionado como eficiente estímulo a que a sociedade valorize, mais e mais, o processo de certificação socioambiental.

Em meio aos vários sistemas de certificação atuais, para cada setor produtivo, percebe-se a tendência de o mercado valorizar aqueles cujos selos chegam ao consumidor final, já que se estampam nas embalagens dos produtos à disposição nos supermercados. É o caso de artigos como o café, o cacau e o chocolate, os sucos e os chás. Essa maior agregação de valor permite, por um lado, haver sistemas com normas de certificação e regras mais rigorosas para essas áreas da agricultura; por outro, contudo, inibe a sua aplicação em cultivos, ou em setores, que produ-

zem ingredientes a compor o produto final comercializado e que, portanto, ficam “invisíveis” para o consumidor. É o caso da soja, do açúcar e do óleo de palma, presentes em muitos artigos, como ingredientes secundários, mesmo em maior quantidade que o ingrediente-chave no produto final, como o açúcar no chocolate ou a palma, em diversos alimentos. Para esses produtos e setores, a tendência é promover sistemas de certificação mais simples e básicos, com garantias mínimas, usadas por comerciantes ou por grandes compradores, mas sem visibilidade no topo da cadeia para o consumidor final.

Nos últimos dez anos, o mercado para produtos certificados mudou bastante. Em meados de 2001/2002, eram poucos os artigos que ostentavam o selo de certificação. No Brasil, havia, inclusive, dificuldade para divulgar o potencial desse mercado entre produtores e formadores de opinião. Na época, as experiências de certificação para os produtos estavam limitadas à Chiquita, multinacional norte-americana focada na produção e na distribuição de bananas e de café, a partir do apoio da Audubon<sup>1</sup>. Essa sociedade sem fins lucrativos, com milhares de membros interessados na observação e na conservação de pássaros e da vida selvagem, apoiava produtos como o café sombreado (cultivado à sombra, em meio a áreas de matas nativas), proveniente de fazendas da Guatemala e de El Salvador.

Vale destacar, ainda, que o selo da certificação socioambiental era outro: chamava-se Eco Ok para o café e Better Bananas para a banana. Em meados de 2003, depois de uma reformulação de design e de mensagem, o selo ficou conhecido como Rainforest Alliance Certified, ostentando o conhecido logotipo do sapinho. Nesse mesmo ano, no Brasil, após tentativas frustradas com a cadeia da cana de açúcar, uma fazenda de café no Cerrado de Minas Gerais obteve a primeira certificação agrí-

---

<sup>1</sup><http://www.audubon.org>

cola do Imaflora. Ela gerou um grande impacto em toda a Rede de Agricultura Conservacionista, que, com a mudança do selo, passou a chamar-se Rede de Agricultura Sustentável. Além de duplicar a quantidade de café certificado disponível no mercado, à época, pela primeira vez em todo o mundo, uma fazenda de café de grande escala e com cultivo a pleno sol foi certificada. Antes dessa experiência, somente fazendas de café sombreado — mais comumente encontrado na América Central — podiam ser certificadas. Foram necessários alguns anos de estudos e de negociação para que a RAS concluísse que uma fazenda com sistema de produção a pleno sol também poderia contribuir para a conservação. Para o mercado global de café, foi um sinal claro de que a certificação poderia deixar de interessar a apenas um pequeno nicho de amantes de pássaros e conquistar um contingente maior de consumidores ao redor do mundo.

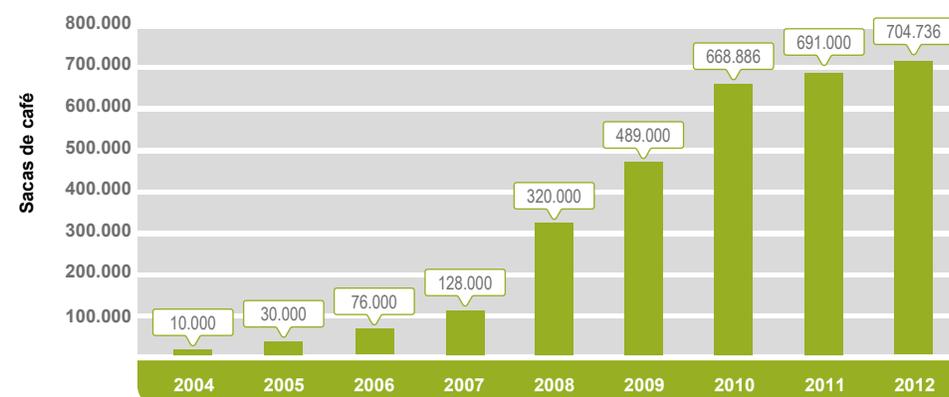
### A crise do café e o aumento da demanda

Por causa de uma grande crise de preços do café, durante a década de 1990, que perdurou até meados de 2004, as iniciativas de certificação socioambiental agrícola foram recebidas pelo mercado como uma das soluções para melhorar as condições de produção e a renda dos milhares de pequenos produtores espalhados pelas regiões tropicais do planeta. Ainda em 2003, dois dos maiores grupos de exportação anunciaram um acordo para fomentar o incremento do café certificado no mundo. Tal informação foi publicada no prestigiado jornal especializado em economia Financial Times<sup>2</sup> e provocou a procura imediata por informações, tanto por parte dos compradores quanto dos produtores de café.

Por conta desse fato, mais produtores de médio e grande

porte conquistaram a certificação no Brasil. Os empreendedores brasileiros estavam, finalmente, em pé de igualdade com os centro-americanos, já que, antes, o mercado tachava os cafés brasileiros como inferiores em qualidade e em sustentabilidade. Agora, embalado pelo aumento da demanda mundial pelo café certificado, o Brasil tornou-se, rapidamente, o maior fornecedor de grãos sustentáveis do globo.

**Evolução das exportações brasileiras de café - RAS / Rainforest Alliance**



Embora a certificação, a cada dia, crescesse no país — especialmente no caso do café — ela não atingia, sequer, o público dos cafeicultores considerados médios, muito menos os pequenos. Ressalte-se que, no Brasil, se considera uma fazenda de tamanho médio aquela com, aproximadamente, 200 hectares plantados. Com a relativa maior oferta, torrefadores, negociadores e cafeterias provocaram uma demanda ainda maior de cafés certificados, estimulando o segmento de certificados a sair da situação de nicho. O efeito foi a necessidade de aumentar a oferta

<sup>2</sup> Coffee's crisis stirs traders to take action (agreement on boosting the production of sustainable coffee) - Financial Times, 14 May 2003, pp.15-15

e de reduzir os diferenciais de preços dos produtos certificados em relação aos convencionais.

Os produtores de café certificado no Brasil, até 2006, eram, predominantemente, grandes fazendas. Foi necessário ampliar essa oportunidade também para empreendedores de menor escala, a fim de incentivar a diversificação de oferta e de qualidades, além de gerar mais oportunidades comerciais. O tema é muito delicado, já que um dos principais atrativos dos produtos certificados é, sem dúvida, a possibilidade de agregar valor. Dessa maneira, é sempre bem-vindo o equilíbrio entre a oferta e a demanda, para que tanto o mercado consumidor quanto o produtor estejam satisfeitos com essa relação.

#### Evolução da produção e exportação brasileira de café RAS / Rainforest Alliance



Muitos comerciantes de café criticaram a certificação por causa da oferta escassa do artigo e também da falta de diversidade de produtores, uma vez que os grandes conseguem fazer suas operações de exportação sem a intermediação desses comerciantes. Diversificar a quantidade e o perfil dos empreen-

dedores era fundamental, naquele momento, para consolidar a formação de um grupo mais diverso de vendedores e de compradores. Portanto fazia-se necessário implementar a norma de certificação para um novo perfil de produtores — pequenos e médios —, ainda com limitado conhecimento sobre a novidade. A partir da demanda de um grupo de produtores com interesse em conhecer e em aplicar os requisitos da certificação, em meados de 2006, o Imaflora desenvolveu uma metodologia de capacitação para a gestão e a formação de grupos certificados, aplicada até hoje. O modelo de certificação em grupos era a única alternativa para competir com outros sistemas menos exigentes e mais acessíveis aos produtores. Afinal, a certificação é o item mais valioso para o mercado, embora mais caro e mais complexo para os produtores.



*“O primeiro resultado da certificação a perceber-se é o pessoal — o tratorista, o gerente, quem executa o serviço — sentir-se mais valorizado, depois dos treinamentos e das conversas com os auditores do Imaflora. Eles sentem que a certificação é importante para o meio ambiente e percebem-se envolvidos com as questões ambientais.*

*Na relação com a sociedade, a certificação também mudou. Nossa cooperativa teve de movimentar-se, junto a outras instituições, e a comunidade teve contato com os princípios e os critérios da certificação. A experiência de certificar-nos ressaltou a importância do bom relacionamento e do entrosamento com a população do entorno onde nos instalamos.*

*Para o produtor, a certificação também trouxe muita conscientização. A gestão melhorou muito. Ele ficou mais protegido no lado social e em relação à segurança no trabalho.*

*Em termos financeiros, a cooperativa vendeu R\$ 1 milhão a mais do café certificado, em relação ao produto não certificado, em apenas três anos. Também aumentamos a produção do café certificado. Com isso, nossa imagem melhorou na comunidade, com os exportadores, os importadores e os corretores de café”.*

**Creuzo Takahashi, diretor presidente da Cooperativa Agrícola de Monte Carmelo**



Depois da Cooaccer Monte Carmelo, o primeiro grupo de empreendedores a obter a certificação, a experiência foi replicada por outros coletivos, em diferentes regiões. Com a ferramenta, os produtores médios e alguns pequenos tiveram acesso ao apoio de suas cooperativas para obter a certificação, além de para reduzir, drasticamente, os custos da auditoria. Vale ressaltar que o modelo de certificação em grupos, para o perfil de produtores atendido e para determinada região, constituiu um salto inovador para o Imaflora, já que as outras certificações eram individuais.

Para evitar conflitos de interesse entre a área de certificação e a de mercados e assistência técnica, o Imaflora criou uma política interna que separa as equipes, os recursos e as atividades entre ambas. Além disso, ficou decidido que o trabalho de

assistência técnica, mesmo para pequenos produtores, seria realizado somente por técnicos de cooperativas e gestores de grupos, evitando o apoio direto a produtores individuais.

Esses técnicos passaram a operar como replicadores e multiplicadores das normas para produtores individuais. Resultado de um contínuo processo de capacitação de técnicos, de visitas e de parcerias com empresas — dentre elas a Nespresso —, a certificação em grupos evoluiu, significativamente, em comparação aos últimos anos. Hoje, 44% de toda a área certificada é representada pela modalidade de grupos, um acréscimo relevante em comparação aos anos anteriores.

## O CAFÉ RAS, MUDANDO O PERFIL DA INDÚSTRIA

A combinação entre a demanda e a oferta, nos últimos dez anos, permitiu que a sustentabilidade na produção de café atingisse públicos que, outrora, nem haviam tomado ciência do assunto. Afinal, o Brasil é o principal produtor de cafés certificados e o mercado — especialmente exportadores e importadores — teve de adaptar-se.

Do lado profissional, criaram-se carreiras que não existiam. Atualmente, é comum encontrar exportadores, cooperativas, importadores e torrefadores com equipes técnicas especializadas no apoio e na preparação de produtores que querem iniciar, manter ou expandir sua certificação.

Com tal mudança, empresas da cadeia do café precisaram apropriar-se dos temas relativos à sustentabilidade e à rastreabilidade de seus negócios, do produtor ao importador, ou ao consumidor final.

Para tanto, foi preciso criar capacidade interna e transferi-la para traders, cooperativas e produtores; como consequência, evidenciou-se a necessidade de novos conhecimentos, de novas competências e de novas oportunidades para que jovens profissionais atuassem no negócio do café.



## CAPÍTULO 6

### COMO SE FAZ A CONTA DA CERTIFICAÇÃO

Os investimentos para a certificação englobam custos diretos e indiretos para os empreendimentos. Os diretos referem-se à auditoria, como será tratado a seguir; os indiretos financiam a adaptação do empreendimento para atingir um desempenho socioambiental e agrônômico compatível com as exigências da norma de certificação. Neste capítulo, será apresentado o modelo financeiro da certificação do Imaflora e uma análise preliminar sobre o balanço entre os investimentos e os benefícios econômicos da certificação.

Cada processo de certificação e de auditoria é tratado individualmente pelo Imaflora, com consequências para a composição da equipe e para o custo e o preço de cada trabalho realizado. O cálculo varia de acordo com a localização do empreendimento e a sua complexidade, que depende da extensão, do número de cultivos, das áreas de conservação, do número de trabalhadores

próprios e temporários, da intensidade de uso de agrotóxicos e da infraestrutura construída. A conta de custos para a elaboração de um orçamento considera os seguintes elementos:

- Equipe interna para a coordenação e a gestão técnica e operacional do caso do empreendimento;
- Equipe de auditores, com trabalho de campo e elaboração de relatório;
- Gastos com a logística para a equipe auditora;
- Gastos administrativos do Imaflora que englobam gestão administrativa, financeira e infraestrutura, passando por auditoria contábil independente a cada ano;
- Impostos e taxas;
- Fundo social, uma taxa de 5% do orçamento, arrecadada para subsidiar auditorias a produtores familiares e a comunidades e para financiar projetos socioambientais voltados a esse público.

Com tais itens no orçamento, o Imaflora consegue cobrir os custos operacionais e de gestão da certificação agrícola. Entretanto eles são insuficientes para os gastos estruturais e de médio prazo, como acreditação, treinamento de auditores, auditorias não programadas, comunicação e divulgação, além da participação técnica e institucional na Rede de Agricultura Sustentável (RAS). Para cobrir tais despesas, é cobrada, anualmente, dos empreendimentos certificados, uma contribuição para manter a certificação.

Esse é o modelo financeiro do Imaflora, mas a RAS/Rain-

forest Alliance tem a sua própria forma de manter o sistema de certificação: cobra uma taxa de participação para preservar sua estrutura mínima de funcionamento, cobrada de apenas um elo da cadeia produtiva, com base no volume do artigo certificado comercializado. Essa taxa não atinge os produtores, mas uma parte dos empreendimentos de cadeia de custódia certificados no Brasil.

### **A intensidade e o custo da auditoria**

Em geral, as auditorias de certificação (no primeiro ano e a cada três anos) requerem maior intensidade no campo, pois é preciso conferir o cumprimento de todos os critérios. Nas auditorias anuais, enfatiza-se a verificação dos critérios com inconformidades nos anos anteriores. Portanto as auditorias anuais tendem a ter custo menor que as de certificação.

O Imaflora trabalha com equipes multidisciplinares, com dois ou mais auditores. A equipe é formada por um auditor-líder e auditores de apoio que avaliam os critérios ambientais, agrônômicos ou sociais. Somente em casos excepcionalmente simples de auditorias anuais de empreendimentos com alto desempenho, é conduzida a auditoria de campo com apenas um auditor. Em auditorias de cadeia de custódia, em geral, o trabalho é conduzido por um auditor. Já para indústrias mais complexas, a equipe conta com dois auditores.

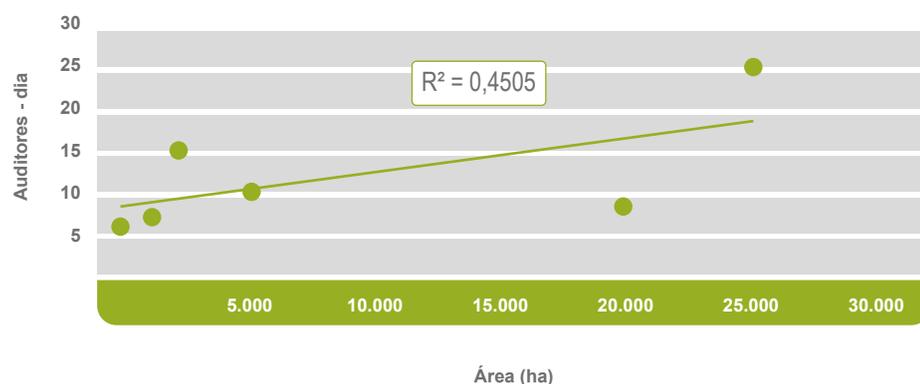
A intensidade média de auditoria, baseada nos trabalhos realizados em 2011 e 2012, varia de seis a 25 auditores-dia (combinação de número de auditores com dias de campo), de acordo com o setor. O menor valor é para fazendas individuais de café e o maior, para usinas de cana-de-açúcar. Há uma correlação direta entre a área do empreendimento e a intensidade da auditoria, mas o critério não é suficiente para explicá-la totalmente.

### Intensidade média de dias de campo das auditorias

Cultivo	Média de auditores - dia*
Fazendas de café individual	6
Grupos de fazendas de café	15
Grupos de fazendas de chá - Argentina	7,5
Usinas de cana-de-açúcar	25
Fazendas de pecuária	9
Fazendas de laranja	10
Cadeia de custódia – qualquer cultivo	1,5

\*Composição entre número de auditores e dias de auditoria

### Correlação entre a área média e a intensidade média de auditoria

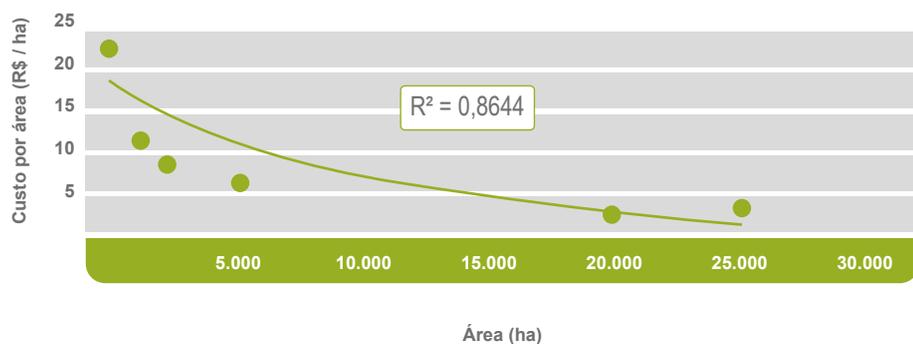


Tal fato reflete-se no custo direto da certificação, que inclui o valor da auditoria e da contribuição, ambas anuais. O custo total anual aumenta quase linearmente com a área do empreendimento. Todavia o custo por unidade de área diminui muito mais intensamente, quanto maior for o empreendimento. Isso significa que, quanto maior o empreendimento, maior o valor absoluto, mas menor o custo por área. Os dados também confirmam que a certificação em grupo — mesmo com intensidade maior de auditoria e maiores custos absolutos — resulta em custos menores por produtor e por área certificada. Embora adicione a necessidade de verificar o administrador do grupo, a auditoria acontece apenas em uma amostra dos empreendimentos certificados.

Contudo, além da análise por área, também se faz necessária a dos investimentos por produto certificado, que determina, de fato, o retorno financeiro da certificação. Os custos podem variar de 0,09% a 1,59% do valor do produto agropecuário primário certificado (saca de café, tonelada de chá, tonelada de cana-de-açúcar no campo, caixa de laranja no campo ou arroba do animal vivo). Na maioria dos casos, entretanto, não chega a 0,40% do valor do produto. Deve-se levar em conta que, além da área, a produtividade e o valor (o preço de mercado) dos produtos primários definem, no custo final, a participação dos investimentos da certificação.

Em geral, os empreendimentos certificados alcançam alta produtividade, mas o preço do produto final varia sazonalmente e segundo as diversas variáveis que influenciam os preços das commodities agrícolas. Ressalte-se, novamente, que a análise do Imaflora só considera os custos diretos da certificação e não inclui os investimentos da adequação socioambiental e agropecuária.

### Correlação entre a área média dos empreendimentos certificados e o custo médio de auditoria por unidade de área



Assim, as perguntas fundamentais para embasar a decisão de um produtor de investir na certificação são: qual será o benefício dessa empreitada? Qual o retorno econômico? Quais os outros benefícios? Com que outro tipo de investimento a certificação pode ser comparada? Em geral, no curto prazo, os produtores esperam prêmios (sobrepços), ou novos mercados, para os seus artigos. Embora o prêmio ocorra em algumas cadeias, essa tendência não se deve sustentar no longo prazo. Quando acontece, como no caso da café, os prêmios dos últimos anos garantem um retorno compensador para os produtores, quando comparados aos resultados das análises do Imaflora. Os valores dos prêmios de café podem variar muito, mas têm alcançado valor médio de R\$ 5,00 a R\$ 30,00 acima do preço da saca comercializada. É uma importância substantiva, se comparada aos resultados que apontam custo médio da certificação entre R\$ 0,33 e R\$ 1,33 por saca. Mesmo que o produtor consiga vender apenas uma parte da produção como certificada, os resultados econômicos são significativos. Todavia a certificação nem sempre garante prêmios, que ainda ocorrem em algumas cadeias produtivas. O que se deve esperar é a garantia de mercados, ou negócios, diferencia-

### Custo médio da certificação para diferentes setores

Custo direto da certificação <sup>1</sup>	Custo direto da certificação <sup>1</sup>	Área média das fazendas	Custo por área (R\$/ha)	Custo por produto primário <sup>3</sup>	Valor de mercado do produto primário	Custo relativo por produto primário
Fazendas de café individual	R\$ 17.600,00	1.755 ha	R\$ 10,00 / ha	R\$ 1,01 / saca de café	R\$ 350,00 / saca de café <sup>4</sup>	0,28% da saca de café
Grupos de fazendas de café	R\$ 27.500,00 Média de R\$ 2.100,00 por produtor do grupo	3.185 ha por grupo 243 ha por produtor	R\$ 8,63 / ha	R\$ 0,57 / saca de café	R\$ 350,00 / saca de café <sup>4</sup>	0,16% da saca de café
Grupos de fazendas de chá Argentina	R\$ 23.300,00	2.100 ha	R\$ 11,20 / ha	R\$ 1,91 / ton de chá	R\$ 120,00 / ton de chá verde entregue na fábrica	1,59% da tonelada de chá verde
Usinas de cana-de-açúcar <sup>2</sup>	R\$ 79.000,00	25.484 ha	R\$ 3,10 / ha	R\$ 0,05 / ton de cana	R\$ 53,00 / ton de cana <sup>5</sup>	0,09% da ton de cana no campo
Fazendas de pecuária <sup>2</sup>	R\$ 39.928,00	19.986 ha	R\$ 2,00 / ha	R\$ 0,17 / arroba de animal vivo	R\$ 88,00 / arroba <sup>6</sup>	0,19% da arroba animal vivo
Fazendas de laranja <sup>2</sup>	R\$ 35.265,00	5.315 ha	R\$ 6,60 / ha	R\$ 0,016 / caixa de laranja	R\$ 10,10 / caixa de fruta no campo <sup>7</sup>	0,15% da caixa de fruta no campo
Cadeia de custódia - qualquer cultivo	R\$ 8.000,00	-	---			

- Inclui custo da auditoria e contribuição anual para manter a certificação;
- Médias com base em amostras pequenas. Tende a superestimar os valores;
- Baseada na produção média das fazendas certificadas. Para o café, considerou-se a produção média de dois anos (2010 e 2011), devido ao ciclo bianual de produção;
- Valor médio do café de qualidade na safra 2012;

- Consecana – valor médio da tonelada de cana no campo, safra 2012/2013, para o Estado de São Paulo - [http://www.udop.com.br/cana/tabela\\_consecana\\_saopaulo.pdf](http://www.udop.com.br/cana/tabela_consecana_saopaulo.pdf);
- Preço médio da arroba do boi gordo no MT em dezembro 2012. <http://www.pecuaria.com.br/cotacoes.php>. Média de 15 arrobas por animal;
- Preço mínimo da caixa safra 2012, estipulado pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

dos no longo prazo. Assim, deve-se ponderar se é um benefício suficiente para justificar investimentos de 0,1 a 1,5% no valor da produção final.

A análise econômica por produto certificado, entretanto, ainda parece insuficiente. É necessário que se incluam outras dimensões de mudanças que podem resultar da certificação. A literatura, as observações no campo e os depoimentos de produtores apontam melhorias na gestão, economia de recursos e menor uso de insumos resultantes da certificação. Some-se, a esses fatores, a manutenção, ou a recuperação, dos capitais natural e social envolvidos na produção agropecuária, que repercutem em benefícios de curto, médio e longo prazo. Finalmente, ainda no campo econômico, contem-se os benefícios intangíveis de reputação e valor de marca, entre outros.

Mais que isso, é preciso pensar em uma análise do valor econômico da certificação, à luz de um instrumento de inovação, de acesso a melhores práticas, de conhecimento e tecnologia que levam à melhor gestão para a sustentabilidade. De acordo com administradores florestais, essa é uma das principais razões para manter a certificação de suas empresas. Sob tal perspectiva, a certificação deveria ser comparada aos programas de assistência técnica. Para tanto, podemos considerar que uma fazenda certificada recebe, anualmente, uma equipe de auditoria multidisciplinar, apoiada em uma norma que reúne a fronteira do conhecimento e das melhores práticas e que indique os pontos fortes e fracos do seu empreendimento, as lacunas para cumprir a norma e o que deve ser feito para a melhoria contínua. Ressalta-se que a equipe aponta o que necessita ser feito e cada empreendedor deve buscar e criar as suas próprias soluções. Ao final, o empreendimento recebe, anualmente, um relatório com a descrição da sua propriedade e das necessidades de melhoria. Logo, como dito no em capítulos anteriores, a certificação, so-

mente como instrumento de mercado, é um desperdício. Obviamente tal raciocínio não se aplica a sistemas de certificação, ou a certificadores, que tratam o seu trabalho como um check list superficial, sem apropriação pelo produtor.

Nesse contexto, o Imaflora não dispõe de elementos e ainda nem tem conhecimento de dados que permitam uma análise econômica completa da certificação. Ainda não está claro a que tipo de intervenção deve a certificação ser comparada. Apenas para ilustrar um caso, somente para a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) — um dos primeiros passos para a regularização ambiental de uma propriedade — a ONG The Nature Conservancy (TNC) acumulou uma grande experiência e estima o custo de sua implantação variando entre R\$1,00 e <sup>1</sup> R\$5,00 por ha, dependendo das condições regionais, investimentos necessários e diversas outras variáveis.

Finalmente, uma análise econômica abrangente da certificação socioambiental é uma das grandes lacunas para a sua adoção em grande escala. Também é fundamental estudar a repartição (ou concentração) de benefícios econômicos ao longo da cadeia de artigos certificados. Em alguns casos, os investimentos são feitos exclusivamente por produtores. Em outros, estão-se dividindo com outros elos da cadeia. Além da repartição dos custos, é necessário avaliar como ocorre a agregação de valor ao longo da cadeia.

---

<sup>1</sup> Comunicação pessoal com a TNC – The Nature Conservancy



## CAPÍTULO 7

### MÚLTIPLOS SISTEMAS DE CERTIFICAÇÃO: DA COMPETIÇÃO À INTERAÇÃO

Existem, atualmente, grande quantidade e muita diversidade de sistemas de certificação e de selos de garantia, aplicáveis à agropecuária no Brasil e no mundo. Cada um deles traz abordagem, origem e governança próprias. Há exemplos desses selos e sistemas com algum tipo de abordagem socioambiental, em itens como o café ou os biocombustíveis. Teoricamente, cada um dos selos tem um propósito distinto e, no conjunto, poderiam ser considerados complementares, ajudando empreendedores rurais, em diferentes aspectos, a tornar sua produção mais sustentável. Na prática, entretanto, essa grande diversidade gera complicações, exatamente no início e no final da cadeia produtiva, já que produtores e consumidores encontram dificuldades para decidir em quais sistemas engajar-se. As dúvidas frequentes são: afinal, o que cada sistema garante? Como funciona? Qual o custo-benefício de cada um? Quem apoia ou garante o funcionamento dessas iniciativas? De onde surgiram? Qual é a credibi-

lidade e o impacto de cada programa?

Para os produtores, a complexidade é ainda maior, uma vez que, frequentemente, seus compradores exigem que eles tenham mais de uma certificação. Dessa forma, precisam investir para adequar-se a mais de uma norma, pagar os custos de auditoria de mais de um certificador e interromper as suas atividades para receber auditorias algumas vezes ao ano, cuidando da implementação e da gestão de mais de um certificado.

Por outro lado, o desafio dos consumidores é entender o que os selos e logotipos de certificação garantem e quais as diferenças entre eles. Muitas vezes, são complementares em um mesmo item. Assim, em uma determinada embalagem, o consumidor pode encontrar um selo que garante a alta qualidade relacionada ao sabor do produto, outro afirmando que sua produção é feita sem agroquímicos (como no caso de produtos orgânicos, por exemplo), mais um atestando que a fazenda segue critérios de responsabilidade social e ainda outro selo apresentando as emissões de gases de efeito estufa que foram causadas pelo processo de fabricação daquela unidade. Em alguns casos, existem até mesmo sinergias entre selos: eles garantem critérios similares e sobrepõem-se. Os produtores, ou processadores, optam por selos similares para agradar a consumidores com preferências específicas, ou para garantir a comercialização desses produtos em países com exigências distintas.

Além das diferentes garantias que os selos oferecem, os sistemas de certificação distinguem-se em outros aspectos, desde a construção de suas normas, ou padrões, até sua aplicação no campo e a forma como se realiza a auditoria. A elaboração de tais normas, ou padrões, pode seguir diferentes desenhos. Atualmente, a organização não governamental Iseal Alliance estabelece protocolos para elaborarem-se padrões com abordagem so-

cioambiental, construídos a partir da colaboração transparente dos principais atores da cadeia produtiva, ou de quem é por ela afetado. Tais sistemas são voluntários e independentes e praticam a abordagem do tipo “multi-stakeholder”, segundo a qual se consultam os principais envolvidos para elaborar o padrão e para revisá-lo e atualizá-lo periodicamente. Outros padrões são construídos somente por um corpo técnico, que define os princípios e os critérios, sem a contribuição da sociedade civil. Segundo a Iseal, para um padrão ser validado globalmente e obter altos níveis de credibilidade, o principal critério é como foi construído, desde seu estabelecimento no mercado até sua duração no longo prazo. Acredita-se que, quanto maiores a participação e a transparência na construção do sistema, maiores a credibilidade e o reconhecimento que recebe.

## A ISEAL É UMA ALIANÇA GLOBAL DE MEMBROS ASSOCIADOS PARA PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE.

ISEAL é uma organização não governamental, com a missão de fortalecer sistemas de certificação que beneficiem as pessoas e o meio ambiente. Sua membresia é aberta a todos os sistemas de certificação e organismos de acreditação que trabalham na área da sustentabilidade, que contam com a participação de partes interessadas em seus processos, que demonstrem habilidade em atender aos Códigos de Boas Práticas da ISEAL e estejam comprometidas com o aprendizado contínuo e com o aprimoramento de seus sistemas.

Como membros da ISEAL, sistemas de certificação mostram seu comprometimento em apoiar um movimento unificado de padrões de sustentabilidade. ISEAL possui também uma categoria chamada de participantes, que engaja governos, pesquisadores, consultores, organizações do setor privado, ONGs e outros atores que demonstrem seu compromisso com os objetivos da ISEAL.

As quatro metas da ISEAL são:

1. Demonstrar e melhorar os impactos das certificações;
2. Melhorar a efetividade dos padrões;
3. Definir credibilidade para os padrões de sustentabilidade;
4. Aumentar a adoção de padrões de sustentabilidade com credibilidade.

[www.isealalliance.org](http://www.isealalliance.org)

## As diferentes abordagens da certificação

Os padrões de sustentabilidade, encontrados atualmente, definem tipos distintos de exigências socioambientais. Assim, é possível dividir os sistemas de certificação em dois grandes grupos:

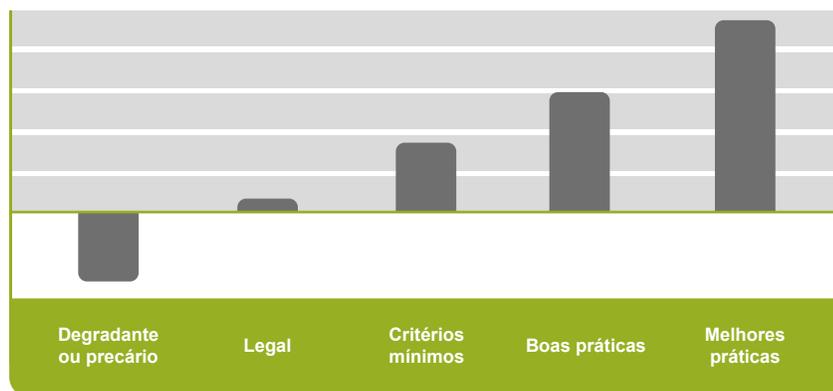
1) Certificações que garantem critérios mínimos — nesse caso, os parâmetros exigidos asseguram que condições mínimas de responsabilidade socioambiental sejam atendidas, como, por exemplo, desmatamento zero, ausência de trabalho escravo ou infantil e produto não transgênico, entre outros. Esse sistema é mais inclusivo, isto é, graças ao seu baixo rigor, possibilita que muitos produtores adiram à certificação e ofereçam grande volume de produtos certificados ao mercado. Dessa forma, produz uma pequena mudança de desempenho no campo, mas com potencial para desenvolver-se em grande escala. É uma abordagem mais reativa, uma vez que impede que aspectos degradantes, ou predatórios, estejam presentes nos sistemas de produção, como o desmatamento, ou a violação de direitos humanos ou trabalhistas;

2) Certificações que garantem altos desempenhos socioambientais — nesse caso, exige-se o cumprimento de muitos parâmetros, muito além do mínimo citado anteriormente: o número e o rigor dos critérios diferenciam os produtos e os produtores com alto desempenho socioambiental. Nesse caso, o sistema de certificação pode exigir maior desempenho do empreendimento, ou definir uma linha de base para ele se certificar e, posteriormente, seguir com melhorias contínuas no modelo de gestão e de produção. As exigências desses sistemas de certificação restringem o número de empreendimentos certificados aos que possuem os melhores desempenhos e que funcionarão como referência ao setor. É uma abordagem proativa, de incentivo ao

alto desempenho e à melhoria contínua, que pode promover uma transformação mais profunda, com maior impacto na unidade produtiva, embora implementado, em menor escala, na paisagem, ou na cadeia produtiva.

Essas abordagens e os grupos distintos de certificação deveriam complementar-se. Um empreendimento pode iniciar seu trabalho, cumprindo os critérios mínimos e, posteriormente, implementar outros de alto desempenho para aprimorar seu processo produtivo. Tal estratégia pode ser chamada de “modular”, uma vez que as certificações são adicionais e complementares.

**Evolução no desempenho socioambiental e integração modular de sistemas de certificação**



**A experiência do Imaflora com múltiplas certificações**

Na perspectiva de transformar a diversidade de sistemas socioambientais em uma estratégia para estimular a complementaridade entre eles, criando uma oportunidade, principalmente para os produtores, o Imaflora envolveu-se em diversas iniciativas para a aplicação conjunta e simultânea de mais de um sistema de certificação. As ações começaram com estudos teóricos comparativos e testes de campo de diversas normas, ou padrões, de certificação, para identificar as sobreposições e as lacunas entre eles. A instituição também estimulou o reconhecimento mútuo entre sistemas de certificação. Assim, se um sistema reconhecer o outro, um produtor certificado por determinado sistema seria, automaticamente, certificado por outro, sem a necessidade de auditorias adicionais. Por fim, o Imaflora impulsionou parcerias com outros certificadores, para que fosse possível realizar auditorias conjuntas e simultâneas de mais de um sistema no campo, numa tentativa de diminuir os custos financeiros e operacionais para os produtores.

**A linha do tempo a seguir descreve as experiências do Imaflora com outros sistemas de certificação, ou de verificação**

Sistema de Certificação	Participação do Imaflora
<b>NESPRESSO</b> Programa AAA	<p><b>2005</b> Imaflora realizou o primeiro teste de campo do Programa AAA</p> <p><b>2006</b> Auditores foram treinados para realizar as verificações do sistema Nespresso no Brasil.</p> <p>Atualmente: Imaflora realiza todas as verificações do programa AAA da Nespresso nos Clusters brasileiros</p>

<b>UEBT: Union for Ethical Bio Trade</b>	<p><b>2006</b> Imaflora realizou um teste de campo com a Norma do UEBT em Rondônia, no Projeto RECA. Neste momento, a norma foi calibrada para aplicar-se à realidade de campo.</p> <p>Atualmente: Imaflora verifica empreendimento pela Norma UEBT no Brasil e também é membro da iniciativa.</p>
<b>Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO) Mesa Redonda do Óleo de Palma Sustentável</b>	<p><b>2007</b> Imaflora e Rainforest Alliance realizaram o primeiro teste de campo da Norma RSPO ainda em construção na empresa Agropalma no Pará.</p> <p><b>2013</b> Um auditor do Imaflora realizou o treinamento da nova versão da Norma RSPO também no Pará.</p>
<b>Cramer System para biocombustíveis Dutch Government/Governo Holandes</b>	<p><b>2008</b> Imaflora realizou o benchmarking do Sistema Cramer com a norma RAS (incluindo o cálculo de GHG). Dois auditores do Imaflora realizaram um teste de campo em Moçambique, aplicando o Sistema Cramer no cultivo de Jatrofa.</p>
<b>Renewable Transport Fuel Obligation (RTFO) UK Government- Governo do Reino Unido</b>	<p><b>2008</b> Dois auditores do Imaflora participaram de um treinamento sobre o RTFO e, posteriormente, realizaram o benchmarking com a norma RAS.</p> <p><b>2008 e 2009</b> 2008 e 2009: Essa equipe de auditores também colaborou com a construção de indicadores para o Padrão RTFO e realizou as verificações de campo.</p>
<b>Renewable Sustainable Biofuel (RSB)</b>	<p><b>2010</b> Imaflora realizou o teste de campo do RSB no Brasil ainda quando a norma estava em processo de construção.</p> <p><b>2012</b> Um auditor do Imaflora passou pelo treinamento do RSB.</p> <p>RSB reconheceu a norma da RAS como equivalente, se adicionada à avaliação da calculadora de GHG no momento da auditoria.</p>
<b>UTz Certified</b>	<p><b>2011</b> Dois auditores do Imaflora participaram do curso de auditores-líderes da UTz no Brasil.</p>
<b>Round Table on Responsible Soy (RTRS) Mesa Redonda da Soja Responsável</b>	<p><b>2012</b> Dois auditores participaram do treinamento técnico e credenciaram-se para auditar o RTRS no Brasil.</p>
<b>BONSUCRO</b>	<p><b>2012</b> Um auditor do Imaflora participou do treinamento da Bonsucro.</p>
<b>4C</b>	<p><b>2013</b> Três técnicos do Imaflora realizaram o treinamento do 4C, tornando-se habilitados a implementar essa norma no campo.</p>

Além das experiências em treinamentos, nos testes de campo e nas comparações, o Imaflora estabeleceu parcerias com dois certificadores. O principal objetivo foi realizar auditorias RAS simultâneas a outros sistemas de certificação. A ideia surgiu pela constatação de que muitos empreendimentos certificados RAS possuem múltiplas certificações. Isso acontece, principalmente, para que esses produtos atendam à demanda de mercados distintos, ou para que obtenham prêmios relacionados a selos específicos. Alguns casos-piloto foram realizados, mas a iniciativa não ganhou escala, por causa de desafios, como:

- Dificuldade de conciliar as datas de auditorias e os vencimentos de certificados diferentes, no caso de empreendimentos já certificados;
- Aumento da burocracia interna para o organismo de certificação: documentação muito diferente entre sistemas (relatórios, contratos, planos de auditoria);
- Baixa demanda por auditorias “casadas” de mais de um sistema;
- Sistemas muito distintos: normas, políticas, escopo, regras de cancelamento, entrada de novos membros, em caso de grupos, entre outras diferenças;
- Exigência da capacitação contínua de auditores para os diferentes sistemas;
- Diferentes sistemas de acreditação e taxas para os operadores.

As tentativas de reconhecimento direto entre sistemas de certificação ainda são iniciais e também apresentam barreiras para a sua implementação. Um exemplo interessante foi o reconhecimento do sistema da RAS pela Roundtable on Sustainable Biofuels (RSB), em 2012. Assim, empreendimentos certificados pela RAS são, quase automaticamente, acolhidos pela RSB. Tal assentimento acontece desde que sejam auditados alguns critérios adicionais da norma RSB não cobertos pela da RAS.

Embora o reconhecimento e a coordenação entre sistemas seja uma das formas mais desejáveis e eficazes para a aplicação conjunta, existem ainda algumas limitações. Nesse caso, a RAS e a RSB trabalham com organismos de acreditação de certificadores diferentes, exigindo duplo trabalho e custos dos certificadores. Além disso, ainda existem dificuldades na área do desenvolvimento das normas e da sua aplicação. Para que essa engenharia toda funcione a contento, é necessário haver coordenação em, ao menos, três níveis: no institucional, entre os sistemas em si, buscando o reconhecimento mútuo; no da acreditação de certificadores, uma vez que interessa que os sistemas tenham um credenciamento comum, e no nível das auditorias, de modo que a acreditação comum permita que um mesmo certificador possa oferecer serviços de auditoria de mais de um sistema conjuntamente, com custos menores para os produtores.

Todas essas sinergias tornariam a certificação modular, ou em etapas, mais factível. Também iria propiciar ambiente para que a diversidade de sistemas fosse uma oportunidade de criar um conjunto de alternativas para a escalada da produção rumo a patamares cada vez mais altos de sustentabilidade. Sem essa coordenação, saltar da mera competição para a colaboração entre sistemas tem se mostrado desafiador demais, confundindo os produtores e toda a sociedade.



## CAPÍTULO 8

### MUDANÇAS E LACUNAS: O FUTURO DA CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E DA SUSTENTABILIDADE NA AGROPECUÁRIA

A experiência de campo, a literatura científica, os estudos técnicos e de impacto do trabalho da certificação, conduzidos pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ)<sup>1</sup>, demonstram que a certificação pode, de fato, reconhecer os casos de boas práticas socioambientais e fomentar a mudança, no campo, da escala de fazendas e de empreendimentos agropecuários.

As principais transformações, geradas pela certificação, estão na melhor gestão do empreendimento e no pleno conhecimento da propriedade e dos sistemas de produção, de organização e de planejamento. O resultado: maior eficiência no uso de recursos e, como decorrência, menor desperdício. A certificação socioambiental, em especial a da RAS, induz à gestão que incor-

---

<sup>1</sup> E se certificar, faz diferença? estudo de impacto da certificação realizado pela ESALQ-USP. <http://www.imaflora.org/biblioteca.php>

pore e integre as dimensões operacionais, agronômicas, ambientais e sociais. Para isso, devem determinar-se políticas, objetivos e metas em cada área, que se articulem entre si. Para cada um desses itens, são necessários profissionais responsáveis, planos de trabalho com cronogramas definidos e recursos. Indicadores objetivos devem abastecer um sistema de monitoramento interno que sirva para a revisão dos planos, das metas e de toda a gestão, para aperfeiçoar, continuamente, o desempenho da fazenda e do negócio. Embora pareça complicado, existem casos de sistemas de gestão simples e funcionais que se podem implementar em empreendimentos de grande e pequena escala. No desenho ideal, a auditoria de certificação constitui apenas um elemento externo para validar, calibrar e orientar o sistema interno de gestão.

Sob o ponto de vista social, são diversos os impactos da certificação no campo. Eles podem ser traduzidos em liberdade de organização e de negociação coletiva, em condições dignas de trabalho quanto à saúde e à segurança, na forma de contratação, no transporte, na moradia e no alojamento, na boa alimentação e no acesso à água no trabalho, além de na intolerância à discriminação e ao trabalho forçado e infantil. A redução da pobreza — com remuneração mínima, realizada de maneira transparente — e o acesso à educação também são consequências da certificação do empreendimento, além do maior diálogo e da colaboração com comunidades afetadas pelo empreendimento, considerando o público interno e o externo.

Para o meio ambiente, a certificação traz mudanças de atitude visíveis e desejáveis: ajuda a eliminar o desmatamento, restaura ecossistemas nativos, protegendo espécies vegetais e animais ameaçadas e promovendo maior conexão entre as áreas naturais. Também contribui para a conservação do solo e da água, para o controle e a diminuição das fontes de poluição e de

contaminação ambiental — como agrotóxicos e resíduos do campo, oficinas e habitações. Além disso, incentiva a reciclagem e o destino seguro de resíduos e elimina o uso do fogo como prática agropecuária, diminuindo, assim, a emissão de gases de efeito estufa.

Mesmo com os substanciais avanços e o potencial de mudanças, o Imaflora tem refletido sobre os limites da certificação e sobre em que momento esse instrumento não se mostra capaz de proporcionar mudanças relevantes no campo. Existem também áreas sobre as quais a instituição revela dúvidas, acerca do impacto da certificação e que demandam estudos aprofundados para que se tenham conclusões mais seguras sobre os possíveis efeitos. A superação dessas questões, somada aos impactos da certificação, oferece uma grande oportunidade para construir uma agropecuária produtiva, ambientalmente equilibrada e socialmente benéfica.

As áreas de melhoria para a agropecuária nas quais a certificação socioambiental apresenta potencial limitado, ou não tem conseguido induzir mudanças, encontram-se em várias áreas. Além disso, em geral, falta transparência nas cadeias produtivas e, como consequência, mantém-se a antiga cultura da desconfiança entre os produtores e os compradores, sejam indústrias de processamento, sejam traders, seja o varejo. Os conflitos entre os produtores de cana e as usinas, entre os plantadores de laranja e a indústria de suco e entre os pecuaristas e os frigoríficos constituem sintomas dessa realidade. Nesse contexto, a mudança de relacionamentos do curto (a cada safra) para o longo prazo, os novos tipos de contrato, a transparência na definição de preços e de responsabilidades de cada parte podem contribuir para melhorias. Uma visão de longo prazo também seria incentivada pela adoção de mais mecanismos que protejam o produtor e os elos das cadeias dos riscos inerentes da produção agropecuária.

Novos tipos de crédito, de seguros e outras formas de proteção podem-se somar para reduzir a insegurança e a desconfiança, aumentando a transparência, a visão e o planejamento de longo prazo.

Ainda na área da gestão, apesar dos bons e honrosos exemplos, o cooperativismo mostra-se distante do seu propósito original — aumentar a capacidade de produção e diminuir os riscos do seu público-alvo, os produtores. São atitudes fundamentais para que as cooperativas se tornem protagonistas do processo de sustentabilidade de seus associados, já que muitas delas se transformaram em revendas de insumos, atendendo a interesses de outras partes da cadeia (empresas de máquinas, de fertilizantes e de agrotóxicos).

No setor do trabalho, os desafios repousam na sazonalidade da contratação de mão de obra, especialmente de safristas para a colheita, e no pagamento dos trabalhadores rurais por produtividade. Se, por um lado, essa prática oferece, para alguns profissionais, salários acima do mínimo em certas épocas do ano, de outro, implica jornadas de trabalho intensas e penosas, com riscos à saúde humana. A terceirização da mão de obra também é prejudicial aos interesses da sustentabilidade. Embora a certificação garanta condições mínimas iguais para todos os trabalhadores, terceirizar serviços provoca a precarização das condições trabalhistas, mesmo quando ocorre em atividades consideradas complementares, ou marginais, de uma fazenda ou empresa.

Dois outros desafios: a migração de trabalhadores rurais e os impactos da mecanização sobre a oferta de emprego. Existe uma legislação brasileira específica para a migração de mão de obra que minimiza os seus riscos. A certificação consegue detectar a ocorrência da migração e lidar parcialmente com as condições de alojamento e alimentação desses trabalhadores. Todavia

há situações em que se torna difícil caracterizar a responsabilidade pelas condições de vida deles. É preciso considerar que a migração se relaciona a questões estruturais do lugar de origem do trabalhador, assim como que há riscos de uma análise superficial do assunto, que pode resultar na discriminação desses trabalhadores. Já com relação à mecanização, algumas normas de certificação dispõem critérios para minimizar, ou mitigar, o desemprego causado por essa opção, embora de forma limitada. Em alguns casos, a mecanização substitui trabalhos penosos e arriscados, mas ainda faltam instrumentos para qualificar e realocar a mão de obra deslocada em escala.

No campo econômico e socioambiental, um dos maiores problemas está no acesso de produtores familiares, pequenos e médios à certificação. É certo que o processo em grupo vem facilitando o ingresso, ainda que de forma assimétrica. Os grandes produtores ainda são os que têm maior facilidade para obter informações e para realizar as mudanças e os investimentos necessários à certificação. Quanto menor o empreendedor, maiores as barreiras. Somente a organização coletiva, associada à capacitação, permite a superação dessas dificuldades de acesso. Se a legislação nacional trabalhista e ambiental é de difícil cumprimento por grandes produtores, é ainda mais difícil para os pequenos. A mesma lógica vale para as normas de certificação.

A certificação também ainda não encontrou mecanismos para enfrentar a concentração de riqueza, de poder e de terra no Brasil, bem como para impedir vazamentos, ou efeitos indiretos do deslocamento do uso da terra, ou ainda impactos sociais e ambientais. O fenômeno conhecido pelas expressões *leakage*, ou *Indirect Land-Use Change* — ILUC (efeitos indiretos da mudança no uso da terra), acontece quando a solução de um problema em uma região causa o mesmo efeito indesejado em outra. Como ainda há dificuldades de método para avaliar tais efeitos, torna-

-se impossível auditar esse tipo de fenômeno.

Porque a lógica da certificação é a mudança de hábitos na direção da sustentabilidade, ela não deveria excluir empreendimentos que, embora tenham cometido erros no passado, hoje se dispõem a assumir novos comportamentos e bom desempenho socioambiental. Nessa direção, é muito complexo discernir, objetivamente, se há erros inaceitáveis, enquanto outros, reparáveis. Alguns sistemas de certificação — como os da RAS e da FSC — têm uma linha de corte (data) para o passivo de desmatamento. Outros propõem medidas mitigadoras, ou compensatórias, para passivos ambientais. A data de corte é uma medida simples, objetiva e transparente, mais ainda não se configura como a solução ideal. Ela exclui, de possíveis mudanças, todos os que se encontram fora de uma data arbitrária, mas que se dispõem a reparar, ou a superar, os danos causados. De todo modo, arbitrar sobre passivos ainda constitui um grande desafio para a certificação, especialmente os sociais e os fundiários, causa de grandes controvérsias mundiais sobre esse processo socioambiental.

Outro entrave na certificação: diversificar a produção. Apesar do impacto de heterogeneidade na paisagem, graças à necessidade de proteção, de recuperação e de conexão de áreas naturais, a certificação não vem conseguindo incentivar, ou exigir, a variedade da produção para evitar as monoculturas. A maior diversificação — com práticas de rotação e de consorciação entre culturas e adubos verdes, em meio a outros métodos — proporcionaria ganhos ambientais e uma possível redução no uso de agrotóxicos, mas se contraporía aos ganhos de eficiência e à mecanização das monoculturas. Além das questões geradas pela diversificação nas culturas o mercado poderia não reconhecer uma gama desses produtos certificados. Essa contradição ocorre no sistema da RAS: toda unidade produtiva é auditada e

toda a produção, potencialmente certificada; mesmo assim, somente alguns produtos são comercializados como certificados e acabam justificando o investimento em toda a fazenda. Essa lógica reforça a monocultura.

Quanto ao uso de agrotóxicos, verificam-se diversos ganhos da certificação, embora ainda haja espaço para melhorias. O sistema da RAS, assim como outros, mantém listas rigorosas de agrotóxicos proibidos, exige a diminuição de produtos de alta toxicidade e incentiva essa redução. Além disso, a norma reivindica a adoção de um sistema de Manejo Integrado de Pragas, Doenças e Plantas Invasoras (MIP). Na prática, todavia, adota-se, apenas parcialmente, o MIP, com a aplicação de produtos a partir de um determinado nível de infestação de pragas, de doenças e de inimigos naturais. Embora essa adoção constitua um pequeno avanço, o conceito de MIP é muito mais abrangente: recomenda-se adotar uma estratégia de monitoramento de pragas, por meio de diversas práticas de controle, na qual o uso de produtos químicos constituiria o último recurso. De fato, fazem-se necessários avanços mais substantivos nessa questão, os quais proponham e exijam uma visão integrada do sistema de produção agropecuário. Esse tipo de abordagem ainda não é dominante no ensino, na assistência técnica e na prática agrônômica; ao contrário, é desencorajada por diversas empresas fornecedoras de agrotóxicos, que chegam, diretamente, ao produtor e oferecem a abordagem do calendário preventivo de aplicação de produtos.

Por fim, a concentração de terras e a pequena diversificação produtiva impõem limites à certificação, quanto à segurança e à soberania alimentar, itens de que as normas de certificação nem tratam.

Há outras questões que demandam estudos aprofundados

para esclarecer o papel e os limites da certificação. A escala é uma dessas interrogações: até que ponto os ganhos ambientais, na escala de uma fazenda, ou de um empreendimento certificado, repercutem em benefícios, em nível integrador, para a biodiversidade e a água, como a paisagem e as bacias hidrográficas? Qual é a densidade de empreendimentos certificados necessária, numa região, para nela causar impacto ambiental? O mesmo raciocínio aplica-se à dimensão socioeconômica: considerando-se as limitações e as possibilidades da certificação, não se sabe até que ponto ela pode colaborar para o desenvolvimento regional e territorial.

Além da paisagem e da região, existe um mínimo da produção de um determinado setor que, depois de certificado, engatilha uma mudança inercial nesse setor como um todo? Alguns estudos sugerem que a certificação de 20% a 30% da produção de uma commodity seria o ponto de mutação de todo um setor. Enfim, há de analisar-se essa questão sob o ponto de vista regional e setorial.

Sob ambos os enquadramentos, qual deve ser o papel da certificação? É preciso verificar se ela promove mudanças, pela criação de exemplos e pelas referências isoladas — ou com baixa conexão —, ou se, realmente, só influencia uma região ou um setor se assumir densidade maior. Também é necessário observar até que ponto casos isolados, mas destacados e reconhecidos pela certificação, podem influenciar mudanças de comportamento de um setor produtivo, ou de uma região.

Onde deve ser a linha de corte da certificação? Há a opção por sistemas rigorosos, com alta linha de corte, alinhados à elevada agregação de valor e de diferenciação. Mas argumenta-se que sistemas com linhas mais rasas e requisitos menos rigorosos poderiam causar mudanças em maior escala. Assim, não se co-

nhece quais seriam as vantagens e as desvantagens de mudanças mais profundas em menor escala, contrapostas a menores mudanças em maior escala. Nem se é verdadeira a hipótese de que uma norma rigorosa é para poucos. Também não sabemos se sistemas menos rigorosos funcionariam como incentivo a mudanças mais substantivas, que, entretanto, interrompem o processo desafiador da melhoria contínua e da escalada ao topo da sustentabilidade. O papel da certificação deve ser o de evitar acontecimentos indesejáveis e inaceitáveis, ou o de promover uma agenda de melhoria contínua virtuosa?

O estudo da importância e da viabilidade econômica da certificação, como agente de mudança, também deve integrar várias escalas e abordagens, para tomar-se a decisão individual, ou até pública, de investimento na adoção de sistemas de certificação. O primeiro passo — e mais comum — seria analisar a relação custo-benefício dos investimentos diretos e indiretos para a adequação e a certificação, levando em conta os benefícios econômicos diretos de prêmios e o acesso a mercados, ou a negócios, diferenciados. Essa, em geral, é a equação do produtor individual. O nível seguinte seria avaliar os benefícios da certificação sobre a gestão. As hipóteses a estudar deveriam tratar da maior eficiência, do uso racional de recursos, de menores custos de produção e de menores desperdícios, entre outros.

Uma análise mais sofisticada deveria incluir o valor econômico dos serviços ambientais, dentro da fazenda, em uma escala integradora da paisagem. Melhores práticas colaboram para aumentar a polinização e a produção de água, a redução no uso de fertilizantes, a diminuição de emissão de gases de efeito estufa, entre outras variáveis? Tudo isso pode ser mensurado economicamente para o produtor e para a sociedade? Funcionários trabalhando em condições dignas, seguras, em um ambiente onde possam dialogar, resultam em vantagem econômica para o ne-

gócio e o meio em que vivem? A mesma pergunta vale para as comunidades afetadas por projetos agropecuários. Enfim, essa dimensão precisa avaliar os efeitos econômicos da certificação sobre o capital natural e social, bem como a resiliência socioambiental resultante dessa intervenção.

Seria interessante agregar uma análise dos benefícios imateriais da certificação, como a reputação, o valor da marca ou do negócio, a inovação, a realização pessoal, a diminuição dos riscos causados, eventualmente, por essa diferenciação. Na verdade, é fundamental avaliar a partição, ao longo da cadeia de produção certificada, dos benefícios da certificação. Há dúvidas sobre as partes da cadeia nas quais existe maior agregação de valor e sobre a coerência entre o fato e os investimentos realizados em cada elo dela.

O balanço desse conjunto de convicções, de dúvidas e de limites indica que a certificação socioambiental desempenha papel relevante: conduzir a agropecuária à sustentabilidade. As mudanças não são desprezíveis, mas insuficientes para a mudança estrutural de um setor dessa envergadura. A certificação — e qualquer instrumento isolado — não constituem panaceias, ou soluções mágicas. É necessário um conjunto de políticas públicas e privadas que se complementem, para evitar e punir o indesejável, embora também para incentivar e reconhecer o desejável em várias dimensões e escalas. A certificação deve integrar-se ao ensino, à educação, à pesquisa, bem como a outros mecanismos de mercado e políticas públicas, a fim de promover uma ampla transformação que leve, ao setor, a utopia da sustentabilidade.

## 10 ANOS DA CERTIFICAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

# A BUSCA PELA SUSTENTABILIDADE NO CAMPO

Poderia ser mais um selo de qualidade no país, daqueles que são estampados nos produtos e cujos diplomas ficam pendurados na parede.

Mas, para o Imaflora, certificação agrícola é bem mais que um atestado de boas práticas. Trata-se de um contínuo processo de aprimoramento, elevação de padrões e busca de maior sustentabilidade na produção.

Por isso, quando se fala nesse tema no país, pensa-se em um trabalho de muito questionamento, que cresceu ao longo desses anos – e que, certamente, tem espaço para uma expansão ainda maior.

Essa obra é fruto de um intenso trabalho jornalístico, com apuração intensiva e muita investigação, para apresentar a história dos dez anos de certificação agrícola no país e as conquistas de uma década trazidas pelo Imaflora.

Mas não é só isso. Ela também expõe os percalços e os desafios que precisam ser superados nessa área. É ainda um convite a toda a cadeia produtiva, incluindo consumidores, administrações públicas, fornecedores e você, a debater sobre o futuro da certificação agrícola no Brasil.

*Patrícia Trudes da Veiga - Editora do Empreendedor Social, parceria da Folha de S.Paulo com a Fundação Schwab (2005-2013); MBA em Gestão de Negócios Socioambientais; sócia da QSocial.*

*Cristiano Cipriano Pombo - Jornalista, coordenador do Banco de Dados da Folha de S.Paulo*